

PROPOSTA 859/2012 - APROVAR E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2013-2016, BEM COMO O ORÇAMENTO, O MAPA DE PESSOAL E A TABELA DE TAXAS A VIGORAR PARA 2013, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Ponto 1 da Ordem de Trabalhos, Proposta 859/2012. Tem a palavra a Sr.^a Vereadora M^a. João Mendes.

O Sr.^a Vereadora M^a. João Mendes: - Bom dia Sr. Presidente, bom dia Srs. Vereadores.

O que eu propunha era, até para ser mais fácil a assimilação em relação à proposta do Plano e do Orçamento para 2013, fazer uma apresentação sobre esta proposta e irmos vendo a par e passo de acordo com a própria apresentação.

A apresentação, no fundo, está estruturada em vários pontos, nomeadamente, começando pela metodologia e o processo que foi utilizado na elaboração do Plano e do Orçamento. Focando depois as grandes opções do plano, aquilo que diz respeito mais concretamente ao ano de 2013 ou orçamento, nomeadamente, também na vertente não só de funcionamento como da actividade municipal, avaliando aquilo que são as apostas em termos dos eixos de actuação do orçamento participativo e de alguns projectos a destacar.

Relativamente à metodologia. Relativamente à metodologia no fundo a abordagem que fizemos este ano foi trabalhar a receita segmentada naquilo que é a receita estrutural, ou seja a receita mais permanente da Câmara aquilo que são as receitas consignadas. Portanto, nomeadamente por via de financiamentos que estão consignadas a despesas, e aquilo que é a receita extraordinária. E de lado da despesa aquilo que é a receita, segmentando aquilo que é a obrigatória, este conceito no fundo é um conceito importante, porque significa aquilo que é o funcionamento da cidade e dos serviços, caso não hajam novas acções, ou seja, no fundo tudo o que é necessário para manter aquilo que já temos.

Depois os projectos com financiamento, os outros investimentos, o orçamento participativo, aquilo que diz respeito á dívida a fornecedores e Bancos, e também os compromissos a transitar. E depois aquelas outras grandezas que temos, que trabalhamos sempre, como seja o saldo de gerência a transitar e o saldo consignado em termos do PIPARU.

No fundo todo este processo se desenvolveu de acordo daquilo que também é normal, isto é, nós iniciámos num primeiro momento fizemos uma estimativa daquilo que era a receita, nomeadamente a receita, fundamentalmente a receita estrutural. E aquilo que eram as dotações necessárias para as tais funcionamentos em contínuo. E definimos simultaneamente também aquilo que eram as prioridades e as opções estratégicas para o restante, relativamente ao restante. Ou seja, além de mantermos em funcionamento com boa qualidade aquilo que já temos instalado, com o saldo residual, quais eram as prioridades em que queríamos apostar.

E portanto, isto levou, naturalmente, a discussão entre todo o executivo, as prioridades são sempre bastantes e temos sempre que ajustar, no fundo as necessidades àquilo que são as nossas condicionantes de funcionamento. Também sempre com uma preocupação dum gestão muito rigorosa dos recursos, e portanto acabámos por concluir com uma listagem da distribuição por projectos do orçamento. Ouvimos, também naturalmente, nos termos aquilo que está definido inclusivamente em termos legislativos, a oposição, recolhemos contributos, fizemos alterações. Como todos sabemos estes processos são sempre processos muitos interativos, isto é, vão-se fazendo ajustes sucessivos até chegar àquilo que se considera a proposta optima.

E portanto, estamos hoje aqui para aprovar exactamente os instrumentos previsionais para 2013 e a tabela de taxas municipais.

Subjacente a este orçamento de 2013, tal como aconteceu em anos anteriores, h, digamos, questões básicas. E enferma todo o processo do plano e orçamento de 2013, a questão do memorando de entendimento. Isto é, como todos nós sabemos foi assinado com o Estado um memorando que contempla um conjunto de questões muito relevantes em termos de receita e despesa, nomeadamente contempla uma alienação de terrenos por parte do município que atingem uma verba de 290 milhões de euros, 286 milhões de terrenos do aeroporto, e 4 milhões do CCB. Para quais se definiu de imediato, digamos, uma canalização para amortização antecipada da dívida Bancária de médio e longo prazo, em 277 milhões de euros, através dum cedência ao estado do conjunto de financiamentos que a Câmara detém. E nomeadamente, começando naturalmente por aquilo que são os financiamentos mais onerosos em termos do serviço da dívida. E também um conjunto de pagamentos nomeadamente no que diz respeito à dívida, àquilo que eram os serviços prestados pela Parque Expo em momentos anteriores, num total de 20 milhões, em que uma parte, no fundo, eram pagamento imediato, e o restante será um pagamento faseado em 2013 e anos seguintes.

Relativamente à distribuição, no fundo com a amortização extraordinária, nós estimamos conseguir uma poupança na ordem dos 47 milhões de euros, uma poupança do serviço da dívida. Portanto, vamos poupar antecipadamente, logo diminuimos quer a amortização quer os juros do serviço da dívida. E esta poupança foi canalizada, como nós abemos, fundamentalmente para aquilo que são os benefícios, que no conjunto quisemos todos dar à Cidade, quer aos cidadãos residentes, quer às empresas e entidades que atuam na Cidade, através de uma Proposta de Impostos que foi já aqui aprovada e que é do conhecimento de todos.

E basicamente, digamos, é aí que está canalizada uma parte significativa deste esforço e desta poupança com o Serviço de Dívida, que foi possível através deste Memorando de Entendimento, deste Acordo com o Estado.

Está contemplada também no Orçamento, uma preocupação grande, que já vem sendo seguida, naturalmente, de uma prioridade à regularização das Dívidas e das Faturas em atraso. Nós, como sabemos, durante o ano 2012, tivemos a aprovação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso, mas já vínhamos nós próprios, desde 2010 e desde 2009, com o próprio PRED, a fazer um esforço contínuo e temo-lo feito e temos tido uma recuperação em relação à Dívidas, significativa.

E neste Orçamento contempla-se ainda, porque haviam muitas Dívidas no passado que não estavam sequer, coisas muito antigas, que não estavam dotadas, e temos vindo ao longo destes anos a dotar sucessivamente a Dívida, de tal maneira que a possamos regularizar na sua totalidade.

Este Orçamento contempla também, digamos, uma regularização de dívidas através de encontro de contas, nomeadamente com a GEBALIS, com a SIMTEJO, com a EMEL e com a SGAL, de 12,9 milhões, quase 13 milhões; regularizações patrimoniais com a EPUL, que já contemplava nesta Proposta 16,3 milhões, nós todos sabemos que em relação à EPUL, a situação vai evoluir dentro daquilo que foi a Proposta aprovada aqui na última Sessão, de dissolução e liquidação da EPUL, que no fundo alterará esta situação, uma vez que assumiremos todos os direitos e as obrigações daquela Empresa, mas isso terá objeto de posterior quando efetivamente for apresentado o Plano de Liquidação.

Estão também previstas a tal regularização com a Parque Expo, dos 20 milhões que falei no slide imediatamente atrás; um conjunto de pagamentos em atraso, que totalizam 15 milhões, e aquilo que é normal, o movimento normal das Dívidas a transitar de ano, que são os compromissos que transitam, no montante de 13 milhões, e que totaliza tudo isto, no fundo a prioridade, esta

prioridade à regularização das Dividas e das Faturas em atraso, totaliza nesta Proposta de Plano, 77 milhões de euros.

O que é na realidade significativo e vem no seguimento de todo o esforço que vimos fazendo relativamente a esta matéria, até para mais uma vez conseguirmos não penalizar os Operadores na Cidade, todos os Agentes Económicos na Cidade, uma vez que a própria conjuntura já os penaliza bastante.

Criámos efetivamente uma atenção especial, relativamente àquilo que é a tipificação da Despesa Obrigatória, ou seja do funcionamento da Cidade e dos Serviços, e que atinge um total de 208 milhões de euros, e incluímos inclusivamente, fizemos uma opção em termos de Plano Plurianual de Atividade, inscrevendo ainda os valores...

Uma das criticas que merece em geral o Plano como ele é feito, como ele habitualmente é construído, é que no que diz respeito aos anos futuros, nós damos, apenas é construída, digamos, a parte relativa mais ao investimento e mesmo assim de uma forma muito insipiente, e portanto um plano a médio prazo, deve ser um plano que na realidade nos dá uma visão de curto/médio prazo, mas com tudo aquilo no fundo que são os encargos que decorrem da atividade, do funcionamento e das prioridades do Município.

E foi isto que tentámos neste Plano, para o ano queremos evoluir ainda mais, para que inclusivamente se possa trabalhar o Orçamento na sua globalidade, até com uma componente de Receita que faça face, exatamente à componente da Despesa, mas inscrevemos portanto um conjunto de valores para os anos seguintes, em categorias fundamentais para o funcionamento da Cidade e dos Serviços, como sejam os Espaços Verdes, a Segurança, a Limpeza e Higiene e o Gasóleo, o que permite inclusivamente um funcionamento mais célere depois, em relação a todo o processo de funcionamento da Câmara.

Como nós sabemos, um dos grandes problemas da Administração Central e da Administração Local, tem a ver com os prazos que são impostos pelos processos, quer de decisão, quer pela múltipla tramitação que é imposta a qualquer processo, e portanto, o que nós tentamos aqui mais uma vez, sem duvida que a poupança que o Estado vier a conseguir, quer ao nível Central, quer ao nível Local, tem muito a ver com a celeridade que nós consigamos imprimir aos processos, e portanto isto é um esforço nesse sentido, é um esforço no sentido de darmos celeridade ao nosso funcionamento.

Como ao nível das Grandes Opções, no fundo, além daquilo que é a Despesa Obrigatória, ou seja, a Despesa com o funcionamento dos Serviços e da Cidade, aquilo que restou, e não foi muito, na medida em que

fundamentalmente aquilo que foi a libertação de meios, por via do Acordo com o Estado, foi canalizada como nós dissemos, através de uma diminuição da Receita dos Impostos, para benefício dos Cidadãos e das Empresas que operam na Cidade de Lisboa, nós concentrámos naturalmente toda a nossa atenção e todo o nosso esforço vai ser concentrado nos Projetos financiados ou cofinanciados.

E assim sendo, temos ao nível do PIPARU, 51 milhões e meio de euros de Projetos PIPARU; no que diz respeito ao QREN e outros Fundos Comunitários, temos 20 milhões; no respeitante ao Casino, 16,3 milhões; e ainda em relação a outros projetos financiados, como sejam os projetos financiados pela Administração Central, 5,9 milhões, o que dá na totalidade um conjunto de despesa associada a projetos com financiamento alheio, de 93,5 milhões de euros.

E fizemos também, no fundo, além deste grande esforço ao nível nomeadamente, daquilo que é a restante capacidade de autofinanciamento, que em parte está ligado exatamente aos projetos financiados, porque alguns deles não são financiados a 100%, como sabemos, nomeadamente no que diz respeito ao QREN e a outros.

Mas em termos do autofinanciamento ou seja, aquilo que é a capacidade de gerar meios da própria Câmara e não por via de terceiros, concentrámos nomeadamente naquilo que diz respeito, com enfoque muito particular na Ação Social e na Descentralização; mantivemos o Fundo de Emergência Social, que já existia, com 1 milhão e meio de euros, como já acontecia em 2012.

Criámos um Programa importante de Emergência Social Municipal, com 3 milhões de euros, que é aquele Programa que também já aqui falámos, na Sessão em que aprovámos os Impostos, que vai pretender atuar de uma forma relevante em termos daquilo que é a habitação, no fundo, suprimindo necessidades que nós não conseguimos colmatar através do Património próprio, dando resposta àquilo que são os pedidos do ramo, e possibilitando desta maneira, efectivamente, estes anos sempre a dotar sucessivamente a dívida de tal maneira que a possamos regularizar na sua totalidade.

Este orçamento contempla também, digamos uma regularização de dívidas através de encontros de contas nomeadamente com a GEBALIS, com a SIMTEJO com a EMEL, e com a SEGAL de 12,9 milhões, quase 13 milhões, regularizações patrimoniais com a EPUL, que já contemplava nesta proposta de 16,3 milhões, nós todos sabemos que em relação á EPUL a situação vai evoluir dentro daquilo que foi a proposta aprovada aqui na última sessão de

dissolução e liquidação da EPUL, o que fará com que no fundo alterará estas, a situação para, uma vez que assumiremos todos os direitos e as obrigações daquela empresa, mas isso será objeto posterior quando efetivamente for apresentado o Plano de liquidação.

Estão também previstas a tal regularização com a Parque Expo dos 20 milhões que falei imediatamente atrás, um conjunto de pagamentos em atraso que totalizam 15 milhões, e ainda aquilo que é normal, movimento normal das dívidas a transitar de ano, que são os compromissos que transitam, num montante de 13 milhões, e que totaliza tudo isto, no fundo, a prioridade, esta prioridade à regularização das dívidas das faturas em atraso totaliza nesta proposta de Plano 77 milhões de euros, o que é na realidade significativo, e vem no seguimento de todo o esforço que vimos fazendo relativamente a esta matéria, até para mais uma vez, conseguirmos não penalizar os operadores na cidade, todos os agentes económicos na cidade, uma vez que a própria conjuntura já os penaliza bastante.

Criámos efetivamente uma atenção especial relativamente aquilo que é a tipificação da despesa obrigatória, ou seja, do funcionamento da cidade e dos serviços, e que atinge um total de 208 milhões de euros, e incluímos, fizemos uma opção, em termos de plano plurianual de atividade, inscrevendo ainda os valores, uma das críticas que eu acho que merece em geral, o Plano como ele é, feito como ele habitualmente é construído, é que no que diz respeito aos anos futuros, nós damos, apenas é construído digamos, a parte relativa mais ao investimento e mesmo assim numa forma muito insipiente, e portanto um plano a médio prazo deve ser um plano que na realidade nos dá uma visão de curto/médio prazo, mas que com tudo aquilo no fundo que são os encargos que decorrem da atividade e do funcionamento, e das prioridades do município.

E foi isto que tentámos neste plano, para o ano queremos evoluir ainda mais para que inclusivamente se possa trabalhar um orçamento na sua globalidade, até com uma componente de receita que também faça face exatamente à componente da despesa, mas inscrevemos portanto um conjunto de valores para os anos seguintes em categorias fundamentais do funcionamento da cidade, e dos serviços, como sejam os espaços verdes, a segurança, a limpeza, e a higiene, e o gasóleo, o que permite inclusivamente um funcionamento mais célere depois em relação a todo o processo de funcionamento da Câmara, como nós sabemos um dos grandes problemas da Administração Central, e da Administração Local tem a ver com os prazos, com os prazos que são impostos, pelos processos, quer de decisão quer pela múltipla tramitação, que é imposta a qualquer processo, e portanto o que nós

tentamos aqui mais uma vez sem dúvida que a poupança que o Estado vier a conseguir, quer ao nível central, quer ao nível local, tem muito a ver com a celeridade que nós consigamos imprimir aos processos, e portanto isto é um esforço nesse sentido, é um esforço no sentido de darmos celeridade ao nosso funcionamento.

Como ao nível das grandes opções, no fundo além daquilo que é a despesa obrigatória, ou seja, a despesa com o funcionamento dos serviços, e da cidade, aquilo que restou e não foi muito, na medida em que fundamentalmente aquilo que foi a libertação de meios por via do acordo com o Estado, foi canalizada, como nós dissemos através de uma diminuição da receita dos impostos para benefício dos cidadãos e das empresas que operam, na cidade de Lisboa, nós concentrámos naturalmente toda a nossa atenção e todo o nosso esforço vai ser concentrado nos projetos financiados, ou co financiados, e assim sendo temos ao nível do PIPARU 51 milhões e meio de euros de projetos PIPARU, no que diz respeito ao CREN e aos outros fundos Comunitários temos 20 milhões, no respeitante ao Casino 16,3 milhões, e ainda em relação a outros projetos financiados, como seja os projetos financiados pela Administração Central 5,9 milhões, o que dá na totalidade um conjunto de despesa associada a projetos com financiamento alheio de 93,5 milhões de euros.

E fizemos também no fundo, além deste grande esforço, ao nível nomeadamente daquilo que é a restante capacidade de autofinanciamento que em parte está ligado exatamente aos projetos financiados, porque alguns deles não são financiados a 100% como sabemos, nomeadamente no que diz respeito ao CREN e a outros, e, mas em termos de funcionamento, do autofinanciamento, ou seja daquilo que é capacidade de gerar meios da própria Câmara, e não por via de terceiros, concentrámos nomeadamente naquilo que diz respeito, com um foco muito particular na ação social e na descentralização.

Mantivemos o fundo de emergência social que já existia, com 1 milhão e meio de euros, como já acontecia em 2012, criámos um programa importante de emergência social municipal com 3 milhões de euros, que é aquele programa que também já aqui falámos na sessão em que aprovámos os impostos que vai pretender atuar de uma forma relevante em termos daquilo que é a habitação, no fundo suprimindo necessidades que nós não conseguimos colmatar através do património próprio, dando resposta aquilo que são os pedidos do RAML e possibilitando desta maneira vir a apoiar as rendas, e portanto simultaneamente responder às carências de habitação e ajudar a dinamizar

todo o mercado de arrendamento como é uma aposta que todos temos relativamente ao ano de 2013, e seguintes.

Mantivemos efetivamente uma aposta importante em termos do orçamento participativo, o orçamento participativo começou em 2009, é, tem vindo na realidade a ter uma projeção cada vez maior na cidade, e isso vê-se, não só pela participação de todos os cidadãos neste processo, que é muito relevante, e que faz de Lisboa uma cidade, uma aposta grande em termos exatamente da participação dos cidadãos no funcionamento a cidade, e mantivemos também, aliás com um ligeiro, com um aumento aquilo que são os protocolos de delegação de competências, ou seja, nos protocolos de delegação de competências temos até um acréscimo de cerca de 950 mil euros, cerca de um milhão de euros, e que tem fundamentalmente o que é de mais significativo, são as verbas ligadas ao BIP-ZIP aos projetos BIP-ZIP, também na área da ação social, que representam 750 mil euros.

Relativamente quando olhamos para o nosso orçamento, o nosso orçamento é um orçamento na realidade muito significativo, nós temos um orçamento global de quase mil milhões de euros, ou seja 998,8 milhões de euros, ou seja realmente significativo, que se reparte daquela forma que está indicado, entre aquilo que é corrente e capital.

Nomeadamente como, quando olhamos para 2012 face, para 2013 face a 2012, e em termos daquilo que é a despesa corrente, ou seja a despesa mais ligada ao funcionamento e aquilo que no fundo se refere como o funcionamento dos serviços, e da cidade, vemos que há um aumento de cerca de 70 milhões, 70 milhões de euros, 70 e tal milhões de euros, e onde é que este, o que é que é mais significativo neste aumento? Como é que ele se decompõe? Ele decompõe-se essencialmente num acréscimo de despesas com pessoal, o subsídio de férias e de Natal cresce 8 milhões de euros, ou seja é o subsídio de Natal porque o de férias infelizmente não cresce não altera, isto é, é preciso saber que a Câmara continua a pagar subsídios de férias e de Natal porque tem um conjunto ainda significativo de pessoas que ficam abaixo, cuja remuneração está abaixo do liminar mínimo para o pagamento, portanto nós temos cerca de 4 milhões e 700 mil euros de subsídio de férias e de Natal, só na faixa abaixo do liminar mínimo e, mas vamos ter para 2013 um acréscimo de cerca de 8 milhões por via do subsídio de Natal, o acréscimo das despesas com o pessoal não é tão significativo, são só 6 milhões, 6 milhões,1 sensivelmente, porque há um conjunto de rubricas que efetivamente sofrem redução. E depois temos neste, também neste acréscimo digamos de 2012 para 2013 como significativo, 36, cerca de 36 milhões de euros de pagamentos

em atraso, onde se integram por exemplo, os 20 milhões da Parque Expo, 7 milhões e meio da SIMTEJO, e ainda um conjunto de outras situações na ordem dos cerca de 6 milhões.

No que diz respeito, isto portanto na despesa em relação à despesa corrente, no que diz respeito à despesa de capital...

(Diálogo fora do microfone)

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (?) (Cont.): - ...não, ou seja, eu tenho efetivamente uma diferença de 6 milhões, de 60 milhões, eu tenho uma diferença, um crescimento de cerca de 60 milhões, 60, 60 e muitos, sim, sim, 69, e tenho de regularização, de pagamentos em atraso, 36 milhões, de despesas com o pessoal 6 milhões, e depois de pagamentos à Parque Expo 20 milhões, encontros de contas com a SIMTEJO 7 milhões, vírgula 3, e ainda um conjunto de outras regularizações, e portanto isto é que efetivamente compõe essa...

(Diálogo fora do microfone)

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (?) (Cont.): - ...são os tais pagamentos em atraso que nós focámos já nos slides anteriores, que são objeto de dotação neste orçamento para conseguirem ser finalmente regularizados.

(Diálogo fora do microfone)

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (?) (Cont.): - ...os 36 milhões também inclui efetivamente a Parque Expo, 30, 40, não, inclui...

(Diálogo fora do microfone)

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (?) (Cont.): - ...inclui, eu por acaso posso perguntar à Dra. Isabel o que é que eu me posso estar a esquecer aqui em relação de referir com mais significativo, relativamente à evolução da despesa corrente, ou seja a despesa corrente que...

(Diálogo fora do microfone)

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (?) (Cont.): - ...não, mas...

(Diálogo fora do microfone)

O Sr. Presidente: - Dona Paula tem a palavra. Não, é melhor falar ao microfone e explicar já como é que...

(Diálogo fora do microfone)

O Sr. Presidente: - Tem de aproximar o microfone, desculpe lá. Senão não conseguimos ouvir.

A Sra. Dona Paula (?): - Só tem os 6 milhões, depois na aquisição de serviços tem um crescimento de 36 milhões, em que está de fato a Parque Expo, a EPUL, e a SIMTEJO, estão na dívida em atraso, soma 36.1, depois na aquisição de serviços tem os 15 milhões da SIMTEJO, para a despesa nova, na notação definida tem nos encargos de cobrança um delta (?) de 5.1, e tem a Parque Expo de novos pagamentos, portanto os da gestão urbana mais 5 milhões, este total todo são 67.3 ...

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (?) (Cont.): - ...ou seja, adicionalmente aquilo que eu no fundo tinha referido há ainda os novos, porque o que eu referi da SIMTEJO dos 7 milhões e meio e a recuperação do passado, temos efetivamente o normal funcionamento que está previsto dos 15 milhões, temos 5 milhões de encargos de cobrança que é o crescimento relativamente à, que já se verificou este ano, mas que o ano passado nós não tínhamos previsto, nomeadamente daquilo eu tem a ver com a valorização do património, IMI, IMI; e que atinge efetivamente um valor muito significativo, e depois o encargo de cobrança, e o último que disse? É o adicional dos contratos do funcionamento normal da Parque Expo, a gestão corrente da Parque Expo, depois de virmos a assumir efetivamente aquele território como território da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa.

No que diz respeito à receita corrente, a receita corrente, na área da receita, a receita cresce efetivamente cerca de 50 milhões, de capital, sendo que 82 milhões têm a ver com o conjunto das amortizações extraordinárias mais Parque Expo, receita, mais SIMTEJO, porque existem contrapartidas quando efetivamente em termos de encontro de contas, de ativos/passivos, e depois ao nível do crescimento da receita corrente, temos cerca de 44 milhões de euros de venda de bens, e que são, e depois uma diminuição de, que é compensada

por uma diminuição de 24 milhões de euros ao nível das transferências de capital.

E que tem fundamentalmente a ver com uma alteração face ao ano anterior, porque por exemplo ainda em 2012 nas transferências de capital que agora diminuem 24 milhões de euros, nós tínhamos 15 milhões de euros, 14,6 da FRENTEJO e há ainda uma acréscimo para este ano em relação à Mouraria, à Boavista, e a um conjunto de outros projetos.

Isto é, neste slide temos portanto a decomposição das, em termos do orçamento global daquilo que são os seus segmentos mais relevantes, nomeadamente fendo que em termos de plano anual de atividades, nós temos uma evolução de 307 em 2011, para 353 em 2012, e 398 em 2013, sendo que é importante referir aqui que ao nível do plano anual e porque na realidade nós assumimos, tomámos a opção de tudo aquilo que eram as despesas do funcionamento da cidade, mas que são vistas numa ótica plurianual as considerarmos também em termos de plano de atividades, para elas poderem estar isoladas, no seguimento daquilo que dissemos anteriormente, em termos do plano plurianual das atividades, e portanto só em 2013 temos aqui cerca de 17 milhões e meio que anteriormente estavam no extra plano, e agora aparecem aqui exatamente por causa de proporcionarmos (?) com, em termos plurianuais, e para os isolarmos para podermos ter efetivamente controlo dessas, exatamente dessas variáveis.

Na amortização extraordinária, temos os, em 2013 os 276, 277 milhões que têm a ver com aquilo que já está, resulta do próprio da definição, na sequencia do acordo com o Estado, em termos de funcionamento temos uma redução de despesas de funcionamento de 68,2 para 54,3, mas aqui há o movimento inverso, ou seja há esta redução tem também por outro lado, os tais 17 milhões e meio de custos de funcionamento que passaram para cima, para o plano anual, portanto ela não é tão significativa porque há 17,5 milhões de euros de despesas de funcionamento que passaram a estar no plano, e há aqui também uma componente de encontro de contas, depois no serviço da dívida temos um, 42,2 milhões sendo que estes 42,2 milhões é efetivamente o serviço da dívida no pressuposto da amortização extraordinária, da tal amortização dos 277, o que faz com que nós tenhamos uma poupança de 47,7 milhões de euros, ou seja, o serviço da dívida na inexistência de amortização extraordinária são 89,9 milhões de euros, e aqui estes estão reduzidos efetivamente aquilo que é a poupança dos 47,7 que resultam da poupança da amortização extraordinária.

E em termos de pessoal temos o tal acréscimo de 6,1 milhões, 6 milhões, que já referi anteriormente em que fundamentalmente é o acréscimo do subsídio de Natal dos 8 milhões.

No fundo aqui temos uma visão bastante agregada em termos daquilo que é a evolução, foi a evolução do orçamento, das propostas do orçamento no último conjunto de 3 anos, destacando aquilo que é o orçamento regular, daquilo que são as operações extraordinárias, e pontuais, onde efetivamente tínhamos anteriormente o fundo de investimento imobiliário, e a EPAL, e este ano temos fundamentalmente um memorando de entendimento e mais a parte do encontro de contas também aqui está adicionada, e vemos que portanto é esta componente que no fundo a componente que provoca maior oscilação, esta componente pontual provoca maior oscilação em termos do orçamento.

No que diz respeito à, ao património municipal ao serviço da cidade, nós temos como origem destacada de fundos a tal alienação dos terrenos do aeroporto, nos 286 milhões de euros, e que cuja aplicação deste montante se faz em termos da amortização antecipada, que já referimos, e em termos daquilo que é o tal pagamento do encontro com as dívidas da Parque Expo, sendo que neste conjunto se libertam, ou seja, da diferença se libertam efetivamente os 47,7 milhões, que nós quisemos pôr no fundo a beneficiar aquilo que mais uma vez já referimos os cidadãos de Lisboa, e mais, todas as entidades e agentes económicos que nela operam, através da redução daquilo que foram as nossas propostas de impostos.

Relativamente aquilo que são o funcionamento dos serviços, existe uma diminuição, uma diminuição de cerca de 7 milhões de euros, 8 milhões de euros, que tem fundamentalmente a ver com a manutenção de uma preocupação global relativamente a todas as vertentes da gestão corrente, foi possível já em 2012 termos um conjunto de poupanças nomeadamente nalguns serviços de apoio, como seja a vigilância e como seja, efetivamente um conjunto de manutenções correntes, o esforço que vai permanecer em 2013, temos na realidade a crescer a estes, ou seja, nestes 281 milhões que são o funcionamento dos serviços em 2013, nós temos ainda o tal acréscimo dos encargos de cobrança, que são 5,1 milhões de euros, e o pessoal que são 6,2 milhões, ou seja apesar de diminuirmos temos ainda um acréscimo nestas duas variáveis encargos de cobrança, e pessoal, de 11,3 milhões, o que significa que no restante o decréscimo é ainda superior e tem a ver com este esforço de contenção, com este esforço de rigor absoluto que, aliás, todos os Srs. Vereadores sabem porque tem sido amplamente trabalhado com todos e em termos dos serviços da Câmara, em permanência no sentido de nós

tornarmos efetivamente o mais reprodutivos possíveis, possível, qualquer, todos os recursos que são postos à disposição do município.

Relativamente ao serviço de dívida, isto reflete um bocadinho aquilo, no fundo, que já foi explicado atrás, ou seja, a redução dos 72,9 em 2012 que diz respeito ao serviço em si da dívida, aos pós 42,2 milhões, tem a ver nomeadamente com a amortização extraordinária, e a parte das amortizações extraordinárias aquilo que estava previsto em 2012 que tinha a ver fundamentalmente com a EPAL e o fundo de investimento e aquilo que agora se prevê para 2013, que tem a ver com o memorando de entendimento.

No que diz respeito às despesas com o pessoal, eu penso que não há aqui grande explicação a dar, a não ser que, mais uma vez, continua, digamos, o esforço a tentativa de racionalização absoluta em tudo aquilo que são as despesas, é preciso referir que em termos de efetivos se prevê uma redução do pessoal ao serviço de 391 pessoas, 391 colaboradores por via fundamentalmente mais uma vez, das pensões, aliás como aconteceu já em 2012, o que nos permitirá atingir aquilo que é o objetivo que também está contemplado em termos do orçamento do Estado, e depois aquilo que são os crescimentos resultam também do orçamento do estado linearmente é a questão dos 8 milhões do subsídio de Natal, e depois tem a ver com o impacto bastante grande na CGA de 6,4 milhões e que resulta de um crescimento, isto é, a taxa para a CGA passou de 15%, para 20%, ou seja um crescimento de 30%, os 5 sobre os 15, que dá um crescimento de 30% só por si por via da alteração da taxa, e portanto que é na realidade significativo, e depois como temos também mais subsídio de Natal naturalmente isto também impacta, e também um crescimento, existe também um crescimento em termos da comparticipação da Segurança Social que passa a estar equiparada também aos, era de 23% e passa a estar 22,3%, senão me engano, e passa a estar nos 23,75, equiparadas às restantes entidades.

Quanto, quando olhamos na realidade para a comparação por grandes agregados, por grandes agregados da, em termos do orçamento, o que vemos é que nomeadamente em termos daquilo que é a origem de fundos, há aqui uma componente naturalmente muito significativa e nós costumamos dizer que Lisboa é efetivamente, tem uma autonomia muito diferente de, da generalidade dos outros municípios, do país, porque tem efetivamente receitas próprias através de impostos, que são bastante, muito significativas face aquilo que são as transferências do Estado, e portanto a componente, digamos, roxa que ali está que é muito significativa, tem a ver com exatamente esta componente dos impostos, que apesar de tudo poderia ser bastante mais significativa em 2013

caso na realidade as nossas propostas de impostos não tivessem contemplado a redução que nós, por opção de todos estratégica em prol do desenvolvimento da cidade, quisemos fazer aprovar, e depois temos, digamos, uma sensivelmente, uma manutenção ao nível das taxas um pequeno aumento que tem a ver com nos rendimentos de propriedade onde estão contempladas também quer os rendimentos da concessão da EDP, quer a participação dos lucros das empresas municipais, das empresas nomeadamente a SIMTEJO e VALORSUL, temos em termos das transferências de capital, temos uma verba que são 90, correntes, que são 98,3 milhões de euros, ou seja 98 milhões basicamente são 33 milhões do Casino, 60 milhões das transferências do IRS e esta sim do orçamento de Estado, e 3 milhões e meio daquilo que está previsto para a concessão à ENATUR do edifício da Praça do Comércio, e temos na venda de bens de investimento uma verba muito significativa, que é aquele verde azulado que está lá em cima onde naturalmente tem prevalência nestes 375 milhões aquilo que é a venda dos terrenos ao Estado, nomeadamente os 286 da, os 286 milhões do aeroporto, e os 4 milhões do CCB.

E ainda, algumas outras alienações de bens de investimento que estão também destacados no mapa próprio das alienações de património onde está previsto a alienação de um conjunto de fogos, depois a alienação extraordinária em termos do mercado 31 de Janeiro, e algumas outras situações que estão todas discriminadas.

Relativamente, o resto é digamos o reflexo daquilo que eu já disse atrás, nomeadamente em termos dos passivos financeiros e das outras rubricas.

Quanto ao financiamento na decomposição do financiamento do orçamento, o que vemos é que o financiamento do orçamento faz-se através de receitas estrutural em 488 milhões de euros, de receitas extraordinárias nomeadamente componente significativa de acordo com o Estado, 425 milhões de euros, e financiamento alheio, a receita consignada 86 milhões de euros, e isto é efetivamente digamos a nossa decomposição em termos das origens de fundos.

Quanto ao nível daquilo que já não tem a ver tanto com o funcionamento, mas tem a ver com o programa para a cidade que foi apresentado pelo executivo, e que tem sido prosseguido ano após ano relativamente aquilo que nos propusemos, temos, mantivemos a atuação e a visão, a avaliação em termos dos grandes eixos que então foram criados, da cidade amigável, dos bons serviços urbanos, da cidade das oportunidades, da cidade sustentável, da cidade competitiva, e novadora e Internacionalizada e do Governo eficiente e

participativo, portanto nós continuamos a apostar numa cidade aberta e cosmopolita, que valorize os bens públicos, o espaço público e a igualdade de oportunidades investindo em políticas de proximidade, e valorizando a vida nos bairros, melhorando todos os espaços que possam ser espaços de encontro, no sentido de melhorar efetivamente a qualidade de vida.

Valorizamos e apostamos na fixação das pessoas na cidade, e sabemos que para fixar as famílias só se pode fazer isto não só através de dinamização do mercado da oferta de habitação, mas também de tudo aquilo que são os serviços colaterais, nomeadamente o próprio ambiente, mas também as escolas, os centros de saúde, o espaço público, etc., e esta é efetivamente aqui concentramos os nossos esforços.

Por eixos, está ali a repartição daquilo que são, em termos de cada um destes eixos do nosso plano e dos valores afetos a projetos, e a comparação com os anos anteriores, e aqui destaca-se o crescimento do Eixo F, que é o governo eficiente e participativo, mas temos, há que realçar que neste crescimento, no crescimento deste Eixo, que são cerca de 88 milhões de euros.

Incluem-se também os tais 18 milhões de euros dos custos de financiamento, que passaram a estar, mais ligados ao funcionamento dos Serviços, que passaram a estar no Plano, por terem uma visão plurianual que consideramos de todo defensável; os 26,4 milhões de euros dos Pagamentos em atraso, dos tais 13 milhões de compromissos que transitam e mais 14 milhões de Dívida; os 20 milhões da Expo; os 19,1 milhões de encontros de contas; um acréscimo de 3 milhões em termos de Orçamento Participativo, ao nível daquilo que é a realização esperada para este ano; e também um crescimento de 2 milhões de euros de Processos Judiciais, que crescem 3 milhões em 2012 para 5 milhões em 2013.

E por contrapartida, a redução nos outros Eixos, no Eixo A, no Eixo B, no Eixo E e no Eixo D, a aposta continua a ser, digamos, ao nível daquilo que já vínhamos desenvolvendo em anos anteriores; o grande crescimento do Governo, na componente do eixo relativo ao Governo eficiente e participativo, está naquilo que é a Cidade de Oportunidades.

E isto no fundo tem a ver, fundamentalmente esta redução não é um redução real, mas tem a ver com o fato da Cidade de Oportunidades em 2012, tinha tudo o que era PIPARU, e como nós sabemos, por via do Contrato que estava vigente, todo o PIPARU em termos orçamentais, teve que ser colocado até 31 de Dezembro de 2012, porque efetivamente era aí que se venciam os financiamentos.

E portanto, há uma componente de redução em termos do PIPARU, que agora o PIPARU está efetivamente reprogramado em termos plurianuais, daquilo que foi o acordo com o IRUH, nomeadamente em termos de todo o Processo de Reabilitação, com o IRUH e com os restantes bancos envolvidos, onde se verifica uma redução de 42 milhões de euros; portanto em termos de PIPARU, 2012, o que estava aqui em termos do Plano, e 2013, tem fundamentalmente um impacto do PIPARU, tendo também uma redução em termos das novas escolas, porque houve um aposta, efetivamente estava contemplado uma aposta muito grande que foi seguida em termos dos anos anteriores, e fundamentalmente é isto.

Portanto, os nossos 4 Compromissos essenciais, estão espelhados através destes 5 Eixos, são efetivamente ter uma Câmara que cuida bem da Cidade, uma Cidade que é para as pessoas, uma Cidade que é uma Cidade de Bairros, uma Cidade de Proximidade e uma Cidade ao mesmo tempo, preparada para os grandes desafios também do futuro.

Este quadro, reflete exatamente aquilo que estivemos a ver anteriormente, ou seja, o peso, na repartição por Eixos, o grande peso que tem a Cidade das Oportunidades, e o peso grande também que tem o Eixo F, do governo eficiente e participativo, mantendo-se no entanto percentagens muito significativas ao nível da Cidade Amigável e da Cidade Sustentável, dentro exatamente da caracterização que acabamos de fazer anteriormente.

Focando aqui na realidade, aquilo que é um processo sem dúvida de impacto muito positivo na Cidade, que é o Orçamento Participativo. Nós temos como projetos propostos pelos cidadãos, a realizar no âmbito do Orçamento de 2013, 10,8 milhões de euros, que se refletem em 2013 e anos seguintes, temos para executar só em 2013, 8,6 milhões, em 2012, o que nós tínhamos era 5,6 milhões.

Portanto, lá está o tal acréscimo de 3 milhões que temos aqui ao nível do Orçamento de 2013, sendo que temos uma componente, naturalmente muitos destes Projetos Participativos, como todos sabemos, são Projetos de duração plurianual em termos de execução, e portanto, contemplado no Orçamentos de 2013, temos ainda verbas significativas, que resultam dos Orçamentos Participativos dos anos anteriores, 6,6 milhões de euros, dos quais se destacam estes que estão aqui referenciados.

Como seja a Praça São João de Bosco; a 3.^a Fase da construção do Canil/Gatil; aquilo que diz respeito às condições de tomada e largada de passageiros, na Cidade; o Parque Urbano do Rio Seco, quer a 3.^a Fase, quer a 4.^a Fase; o grande Projeto “Há Vida na Mouraria”, que é plenamente do

conhecimento de todos nós; a Requalificação da Alameda da Cidade Universitária; a construção do Parque de Estacionamento da Freguesia de Benfica, que também já está em curso, mas lá está, isto são tudo Projetos que vêm de anteriormente, mas que têm realização ai de 2013 e o Parque Urbano do Vale da Ameixoeira.

Nos próprios Projetos selecionados no OP de 2013, no Orçamento Participativo de 2013, eu totaliza 3 milhões de euros, há a destacar 15 Projetos novos que foram selecionados, nomeadamente, e que também estão ligados exatamente àquelas apostas daqueles Eixos que vimos anteriormente, nomeadamente no sentido da inovação e em termos da Cidade.

Como seja o Centro de Inovação da Mouraria; da acessibilidade, Lisboa acessível; a Casa da Mobilidade da Mouraria; o Estudo de Ordenamento de algumas ruas; parques infantis; requalificações; a Lisboa wi-fi, isto tido no sentido da inovação e da criação, efetivamente, de melhores condições de operações de todos os agentes; requalificações da Via Pública; a continuidade da aposta em termos escolares, nomeadamente com o Passaporte Escolar Mais, que é um Projeto também interessante, e mais uma vez em termos educativos, porque nós continuamos com a grande aposta que é a Educação, a Educação tem na realidade, como todos sabemos, um impacto determinante nas gerações futuras e no funcionamento futuro da Cidade, e depois o conjunto doutros Projetos que está ai referenciados e listados.

Para anos seguinte, há ainda verbas contempladas em 2014, no que diz respeito ao Orçamento Participativo, de 2,1 milhões, e depois ainda, em 2015, um Saldo Residual de 100 mil euros.

Como Projetos, no conjunto do Plano de Atividades, como Projetos a destacar. O Programa BIP/ZIP é efetivamente um Programa com grande visibilidade, um Programa dirigido a Bairros com problemas especiais, e que é muito relevante, pela colaboração, pelo trabalho conjunto que se faz com as Juntas de Freguesia e as organizações locais.

E como eu já referi atrás, estão previstos 750 mil euros de Protocolos, neste âmbito, para os Programas BIP/ZIP; temos, a Reabilitação Urbana, toda a reabilitação no que diz respeito ao PIPARU, onde estão contemplados 51,4 milhões de euros; a criação de 12 novas Creches, através do desenvolvimento do Programa B-A-BA, que é uma aposta na realidade que já vem de trás, e mais uma vez, uma aposta determinante na Educação e na formação dos cidadãos e a na prossecução da cidadania.

O Plano de Pormenor e a Recuperação do Teatro Capitólio; a Ligação Pedonal, que é também um Projeto determinante em termos da Zona Histórica, dos

Terraços do Carmo e o Percorso Pedonal da Baixa do Castelo, 2 Projetos muito importantes ao nível nomeadamente da Zona Histórica; toda a Reabilitação da Zona Ribeirinha, que está a ocorrer, digamos, todos os dias debaixo dos nossos olhos; e mais uma vez, o grande Projeto da Mouraria, que é um Projeto determinante em termos de alteração estrutural daquilo que se pode fazer ao nível da mudança global de uma Zona da Cidade, em termos de tudo aquilo que se chama a Reabilitação e o Desenvolvimento.

Relativamente a uma grandeza e a uma atuação, que também é determinante, que é na realidade aquilo que é todo o funcionamento da Cidade, naquilo que é o seu relacionamento com as Juntas de Freguesia, e nós temos vindo, é uma aposta também do Município, uma aposta que vem sendo progressiva e uma preocupação dominante, que é na realidade a passagem de competências de proximidade para as Juntas de Freguesia.

Que vai ser mais determinante, naturalmente após a Reorganização Administrativa, mas que no fundo, através de Protocolos de Delegação de Competências, já foi iniciado em anos anteriores e vem prosseguindo ao longo dos últimos anos, onde se verifica naquilo que diz respeito aos Complementos dos 3 F's, uma manutenção da verba afeta, e o tal aumento naquilo que diz respeito aos Protocolos de Delegação de Competências, de cerca de 1 milhão de euros, onde se destacam os tais 750 mil euros dos Projetos BIP/ZIP.

E julgo que isto, no fundo, que eu consegui focar aquilo que são os aspetos mais determinantes, em termos daquilo que é a proposta do Plano e a proposta do Orçamento para 2013.

Será sem dúvida, como nós sabemos, é um ano com uma conjuntura muito determinante para a generalidade do funcionamento das organizações e das pessoas, em que o Município de Lisboa quis exatamente tentar apoiar tudo aquilo que é a dinamização da atividade e a vida dos Cidadãos, porque sabemos que sem isso, não conseguimos efetivamente o progresso da Cidade e o seu desenvolvimento, e portanto esta grande aposta consubstancia-se no conjunto da evolução das variáveis e dos projetos que foram aqui definidos.

E julgo que efetivamente referi tudo aquilo que era mais determinante, fico à disposição.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr.^a Vereadora. Sr.^a Vereadora Helena Roseta.

A Sr.^a Vereadora Helena Roseta: - Oh Sr. Presidente, desculpe, é só uma pequena retificação relativamente à apresentação que foi feita.

Aparece ali o Programa de Emergência Social só com uma das parcelas, que é a parcela da parte do Subsídio de Renda, mas o Programa de Emergência Social tem um documento anexo no texto das Grandes Opções, e tem várias iniciativas, portanto não é um reforço de 3 milhões de euros, é um reforço de 4,1 milhões de euro, é só esta retificação; compreendo que possa ter havido dificuldade, porque ele está separado em vários sítios, mas é 4,1 milhões de euros, que acrescem ao milhão e meio do Fundo de Emergência Social.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador Pedro Santana Lopes.

O Sr. Vereador Santana Lopes: - Sr. Presidente, é um pedido de esclarecimento ali nas questões, fora do microfone pus há pouco. Porque é que a Sr.^a Vereadora não faz opção, não sei se é possível, admito que sim, por arrumar esse pagamentos à Parque Expo e à SIMTEJO, em Despesas de Capital, em vez de Despesas Correntes? Respeitam a obra. Os atrasados?

O Sr. Presidente: - Não, os atrasados reportam-se essencialmente ao pagamento das infraestruturas que a Câmara de Loures não pagou, e que têm correspondência às infraestruturas que nós em certo momento entendemos que devíamos pagar.

O Sr. Vereador Santana Lopes: - Pronto, é que acho que é melhor para o Orçamento no seu todo, o vi em Capital, do que vir em Corrente, é a sugestão que eu lhe fazia.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador António Carlos Monteiro.

O Sr. Vereador António Monteiro: - Sr. Presidente, queria começar por dizer que esta questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Santana Lopes, tem toda a razão de ser, e aliás, o Sr. Presidente também colocou a mesma questão, tanto mais que é uma matéria que carece de ser devidamente enquadrada, até para nós conseguirmos ter uma posição mais sólida, para um lado para o outro, em relação ao Orçamento.

Há aqui alguns Pontos em que eu também tenho algumas dúvidas, e que era importante que a Sr.^a Vereadora nos explicasse detalhadamente. Um deles, como é evidente, já aqui foi abordado fora do microfone, mas é importante que

seja expressa a nossa preocupação, ou melhor dizendo, a nossa preocupação e necessidade de explicação, de forma a ser gravada e a fazer parte da Ata.

A verdade é que do ponto de vista da Receita, apesar de estar prevista uma diminuição da Carga Fiscal, que foi aprovada por unanimidade aqui na Reunião de Câmara, a Receita se mantém estável relativamente àquilo que foi o ano passado, mas aquilo que nós verificamos e que já aqui foi mencionado, é um aumento muito elevado nas Aquisições de Bens e Serviços, e nomeadamente as Despesas Correntes.

E a Sr.^a Vereadora das Finanças tem que compreender, que sendo 2013 um ano eleitoral convém, que a matéria relativa à despesa corrente, seja devidamente explicada, até para que não fique em cima da mesa uma suspeita de estarmos perante um orçamento eleitoralista.

E esta questão é tanto mais importante, que a Sr.^a Vereadora sabe que temos hoje agendada também a vigésima primeira alteração orçamental, temos ainda reunião no dia 19 – eu desconfio que virá outra alteração orçamental – e provavelmente até ao final do ano ainda haverá mais uma ou duas por despacho tal como aconteceu o ano passado. E portanto, isto dá uma média de duas alterações orçamentais por mês. O que, do ponto de vista de gestão de um orçamento, levanta também os maiores reparos da nossa parte.

Eu gostava, por isso que, fosse claramente explicada a matéria de aquisição de bens e serviços. Eu não deixo de fazer aqui algumas notas para que a Sr.^a Vereadora possa responder a elas.

Temos desde logo, em matéria de aquisição de bens – vou começar até por uma redução – que são as reduções com combustíveis. Eu não sei se a Sr.^a Vereadora tem alguma expectativa da baixa do custo dos combustíveis, nomeadamente, o Gasóleo que é fundamental para a nossa frota municipal. Mas não tendo a Sr.^a Vereadora penso que deveres, aliás capacidades adivinatórias para perceber como é que vai evoluir a cotação do petróleo, eu gostaria de perceber porque é que se opta por fazer esta redução neste Orçamento.

Por outro lado, quando temos ainda nas aquisições de bens outros bens um aumento relativamente ao Orçamentado em 2011 de 84%. eu estou a comprar orçamentos com orçamentos, como sabemos em termos de execução como vamos provavelmente parar, já vamos em 21 Alterações Orçamentais, é muito difícil verificar isso.

Portanto, eu gostaria de perceber nas aquisições de bens outros bens, este aumento de 84%, que no fundo se traduz em 1,2 milhões.

Gostaria de saber, em relação às aquisições de serviços, estudos, pareceres, projectos em consultadoria, porque é que há um aumento de 56,8% relativamente ao orçamentado em 2011. E essa é uma, alias em relação à que está orçamentada em 2012, peço desculpa, estava a confundir os anos. O que é uma alteração significativa nesta matéria porque a Sr.^a Vereadora falou na questão da vigilância e segurança que são 5 milhões de euros. Agora convém sublinhar que em relação ao ano anterior tinham orçamentado 6 milhões, portanto aí até há uma redução. Não é por isso, com a segurança, que há um aumento com estas aquisições de serviços. há aumento é nos estudos, pareceres e projectos de consultadoria.

Depois, em relação aos outros trabalhos especializados, temos entidades coletivas um aumento de 158%, gostaria também que fosse explicado a que é que isto corresponde; encargos com cobrança de receita temos um aumento de 93,3%, também gostaria que me fosse explicada a que é que se deve; Nos outros serviços, entidades coletivas temos um aumento de 141% de 19 milhões orçamentados em 2012 para 45 milhões orçamentados em 2013.

Depois, nos subsídios temos nas outras, da empresas municipais, outras, temos um aumento de 59%. Sendo que nas municipais, EGEAC; EBHAL há uma redução de 7,7, mas temos no fundo uma redução uma redução de 7,7 e depois um aumento de 59% em outras. Gostaria de nos explicasse o que é que são as outras neste caso.

Para a Associação de Turismo de Lisboa temos um aumento de 125,5%, eu gostaria de saber, tendo sido dito pelo Sr. Presidente de Câmara que o objectivo da transferência do Terreiro do Paço para a Associação de Turismo de Lisboa era essa entidade gerar receitas própria para depois deixar de depender do Orçamento municipal, porque razão é que em 2013, ano eleitoral, - volto a insistir – e por isso temos que ter essa preocupação, porque é que se aumenta e, 1,2 milhões o apoio à Associação Turismo de Lisboa.

E portanto, são para já estas as perguntas que eu queria colocar, sendo certo que não posso também deixar de chamar a atenção para que a diferença, neste momento, entre compromissos e pagamentos. Ou seja, facturas que estão em dívida, aumentou para 156,8 milhões de euros segundo a informação que conseguimos recolher da Sr.^a Vereadora, face aquilo que é a execução até neste momento. E portanto, gostaria também que a Sr.^a Vereadora fizesse uma avaliação e um balanço relativamente a este ponto das facturas em dívida, que já são no fundo responsabilidade da execução deste ano também.

O Sr. Presidente: - Não há mais inscrito, Sr.^a Vereadora Mafalda Magalhães de Barros.

A Sr.^a Vereadora Mafalda Magalhães de Barros: - Bom dia Sr. Presidente e restantes membros.

Sr. Presidente, gostava só apenas de deixar algumas notas relativamente à parte conceptual das Grandes Opções do Plano, e nomeadamente nos eixos no qual ele se estrutura. Gostava de deixar aqui então algumas notas.

Depreende-se uma visão um pouco securitária, nomeadamente no eixo A, uma visão extraordinariamente securitária da questão da intervenção da cidade, muitas notas em relação ao policiamento, etc. e tal. Não negamos que seja necessário acautelar a segurança dos cidadãos, mas há um desligamento da questões relacionadas com o urbanismo, nomeadamente a questão da conservação, da habitação, da reabilitação urbana e na sua componente com a coesão social, na importância que tem a reabilitação do edificado para a segurança da vida na cidade dos cidadãos.

Por outro lado, são referidas algumas iniciativas neste eixo A, como a dinamização da Porta 65; algumas outras alíneas no que se refere à instalação de elevadores ou a condições amigáveis do espaço doméstico e da qualidade de vida, contemplando algumas intervenções no edificado. Mas não vislumbramos como é que este programa Porta 65 é um programa de iniciativa Governamental – (eu li Porta 65 na página, eu posso dizer onde é que isso está, eu já lhe em que página é que isso se encontra, tive o cuidado de ler aquele documento que são duzentas e tal páginas). Que é referida dinamização do programa, o alargamento do programa Porta 65, é um programa muito importante.

(Intervenção fora do microfone imperceptível)

A Sr.^a Vereadora Mafalda Magalhães de Barros (cont.): - Eu sei, mas está aqui referido como uma das opções no eixo A, eu li e depois posso-lhe dizer ainda, em que página é que isso se encontra, pergunte-me porque era muito interessante que a Câmara o fizesse no sentido de arrendamento jovem. (eu li isso e depois já lhe digo onde é que isso se encontra)

(Intervenção fora do microfone imperceptível)

A Sr.^a Vereadora Mafalda Magalhães de Barros (cont.): - Mas que está cá escrito, está. Pronto Porta 65, eu já lhe digo onde é que isso se encontra, porque eu li o documento todo e vejo que isso vem referido.

Pronto, a questão da Porta 65, a questão da instalação de elevadores nos prédios pelos proprietários ou condóminos, é muito interessante esta medida, mas em que medida é que se reflete em orçamento. Gostava de saber, é uma pergunta.

A questão também das condições amigáveis no espaço doméstico propicie uma melhor qualidade de vida dos cidadãos, também era importante saber, com que verbas e como é que os cidadãos podem aceder a essas verbas que tornem mais amigável a vida dentro de casa. Gostávamos de saber, é assim uma prosa um pouco confusa que nos deixa assim sem saber, um bocado sem saber se é uma acção da Câmara, então se é acção da Câmara, então com que verbas correspondem. Por outro lado o que nós verificamos é que, apesar do discursos que seria uma linha estruturante de reabilitação urbana. Nós verificamos um decréscimo de 50% nas dotações nos programas reabitar e reabilitação urbana há uma diminuição de verbas na ordem dos 50%, gostávamos de saber porquê.

E no domínio da cultura, na acção cultural, verificámos por outro lado, pronto são referidas o programa da gestão dos equipamentos culturais, que é normal que assim seja; a concessão de apoios financeiros.

De depois há umas intervenções avulsas que consomem boa parte da dotação orçamental. E gostava aqui de referir que, enquanto o Museu da Cidade tem uma dotação residual de 165 mil euros – isto é uma dotação que permite apenas a sobrevivência de acção deste equipamento. Encontrámos dotações absolutamente extraordinariamente avultadas para a criação dum Museu do Aljube. E eu gostava de saber se já há, se existe um programa para o programa conceptual para este Museu. Uma vez que para este equipamento está uma dotação para o ano de 2013 verbas na ordem dos 700 mil euros, enquanto que para os equipamentos existentes ficam-se por verbas apenas residuais.

Por outro lado, reconhecendo nós que o turismo é uma, constitui uma das principais industrias nacionais, e portanto que é muito importante para a dinamização económica da cidade. Encontramos verbas absolutamente residuais acções que nós consideraríamos que seria importante contempla-las com verbas um pouco superiores, nomeadamente iluminação dos monumentos 45 mil euros. Portanto, a dinamização económica da cidade, ou dinamização do turismo, que nós consideramos que seria muito importante para a

dinamização económica, áreas tão importantes como a iluminação dos monumentos 45 mil euros; inexistência de apoio ao comércio tradicional ou as lojas históricas. Lojas históricas que é referido como algo muito importante nesta perspectiva do turismo, que não ignore a dimensão cultural da cidade, não encontramos nada nesse domínio. E portanto, são estas questões que eu para já gostaria de deixar.

Nós detectámos uma diminuição de 50% das dotações para a reabilitação urbana, e depois esta discrepância na área da cultura entre aquilo que são a manutenção dos equipamentos existentes, e depois a criação de novas infraestruturas com dotações avultadíssimas. E já agora uma pequena nota.

Se o estudo que o Dr. Mega Ferreira iria fazer para a dinamização dos museus da cidade, se esse estudo, nós gostaria de saber se está concluído e de que maneira. Se isto já tem alguma expressão no orçamento que vem, se esse estudo, uma vez que o Sr. Presidente disse que o Dr. Mega Ferreira tinha uma grande capacidade de execução. Eu gostava de saber de que modo é que, que expressão é que tem ou que pode vir a ter esse estudo nestas opções do Plano.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador Ruben de Carvalho.

O Sr. Vereador Ruben de Carvalho: - Muito obrigado Sr. Presidente

Antes de mais nada, do ponto de vista puramente processual, nós queremos lamentar que se tenha abandonado este ano uma novidade que foi introduzida o ano passado e que nós muitos saudámos, porque correspondia a uma preocupação e a uma sugestão que temos feito ao longo de anos. Que era o orçamento ser acompanhado dum enquadramento, enfim, dum texto de enquadramento sobre a estratégia orçamental e, enfim, em geral que permitisse acompanhar um documento que é árido sempre enquanto tal, e que digamos para quem o elabora não o é árido da mesma forma, porque há conceitos ...

(Não tem ligação entre os CDS)

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (Cont.): - ...o Dr. Mega Ferreira tinha uma grande capacidade de execução, e eu gostava de saber de que modo é que, que expressão é que tem, ou que pode vir a ter esse estudo, nestas opções daqui do plano. Muito obrigada.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador Ruben de Carvalho.

O Sr. Vereador Ruben de Carvalho: - Muito obrigado Sr. Presidente, ora bem, antes de mais nada do ponto de vista puramente processual nós queríamos lamentar que se tenha abandonado este ano, uma novidade que foi introduzida o ano passado, e que nós muito saudámos, porque correspondia a uma preocupação e a uma sugestão que temos feito ao longo de anos, que era o orçamento ser acompanhado dum enquadramento, enfim, dum texto de enquadramento sobre a estratégia orçamental, e enfim, em geral que permitisse acompanhar, um documento que é árido sempre, enquanto tal, e que digamos, para quem o elabora, não o é da mesma forma porque há um, há conceitos que persistem, há opções que foram feitas, possibilidades que foram abordadas, mas para quem chega a ele pura e simplesmente por via dos números, a compreensão por vezes das opções que jazem por trás dessas, desses números o que é que se pretende, se havia outras alternativas, quais são os grandes objetivos, quer dizer, é por vezes um processo de adivinhação que resultaria bastante mais clarificado no debate disto se houvesse uma introdução como houve o ano passado, até na medida em que os textos de enquadramento das gopes (?) e do plano de atividades pouca informação acrescentam à listagem de programas, e mesmo a informação que a Sra. Vereadora deu aqui, deu agora enfim, foi mais longe, teria sido bom que tivesse acompanhado à priori a proposta, que já ajudava a sua compreensão, assim é um bocado complicado.

Nós temos várias questões, algumas até já foram levantadas de maneira que não vou repetir, mas eu à cabeça colocaria um problema que nos causa grande, enfim, razoável inquietação, nós tomámos há 8 dias a decisão de, eu serei um pouco mais claro, Vossas Excelências tomaram há 8 dias a decisão de extinguir a EPUL, é evidente que não está aqui em causa o problema, a decisão, o problema administrativo, está uma questão a nosso ver particularmente importante, é que a decisão que Vossas Excelências tomaram vai ter custos, vai ter custos, e não vão ser pequenos, de resto aquilo que determinou a tomada de decisão em grande medida foi até precipitado, por uma exigência a curtíssimo prazo, eventualmente negociaram, mas seja como for o empréstimo do DEXIAS está lá, não é? E não é o único problema da, da, inerente à extinção da EPUL, o Sr. Presidente fez referência a outras questões relacionadas com a situação no Vale de Santo António, nas vendas de, das famosas vendas de futuros do Vale de Santo António, etc., ora bem, esse

dinheiro tem que se ir buscar a qualquer parte, para já em rigor não se sabe quanto é, temos apenas assim um, enfim, uma ordem de valores aqui e ali, e digamos ela é obviamente preocupante.

Em segundo lugar vai ter que sair do orçamento da Câmara, parece evidente que o que também tornou possível a decisão tomada há uma semana, foi a Câmara dispor graças a operação de venda dos terrenos do aeroporto, de uma disponibilidade financeira, mas uma disponibilidade financeira que está desde o princípio, eu não direi consignada no rigor absoluto dos termos, mas apenas para simplificar a terminologia, a amortização do passivo, e que dá à Sra. Vereadora esta situação risonha, e feliz de prever uma poupança de quase 50 milhões para o ano que vem, 47.7 milhões de, no serviço da dívida, Sra. Vereadora e se chegar a esta verba e não puder reduzir o passivo utilizando integralmente o resultado desse negócio, assim tiver que utilizar grande parte dele e eu quando digo grande parte dele, pelos números que foram avançados, quase que arrisco que é metade, pelo menos metade, como é que reduz depois um passivo de forma a garantir que tem uma redução de serviço de dívida de 47.7 milhões?

Bom, e se digamos a este for o desenvolvimento da questão digamos que temos o caldo completamente entornado, porque, digamos grande metade, grande metade, grande parte da, digamos do, da estrutura deste, desta proposta de orçamento tem legitimamente isso como base, e corremos esse risco de isto acontecer, e não há a esse respeito uma palavra, concordo que a decisão foi tomada a semana passada, e seria difícil, mas eu peço que pelo menos ao nível da introdução do orçamento, teria sido no mínimo prudente que a Sra. Vereadora ou mesmo o Sr. Presidente chamassem à atenção para aquilo que me parece ser uma inevitabilidade, não vejo que isto possa correr de outra forma, senão onde é que vão buscar a forma de resolver o problema da EPUL? Portanto isto era uma primeira questão que eu gostaria de saber como é que vai ser resolvido.

Eu depois iria pedir, não vou agora interromper, mas iria pedir ao Sr. Presidente que fizesse outra vez a, desse outra vez a explicação que deu relativamente às contas com a Parque Expo, quando, em função da observação do Sr. Vereador Pedro Santana Lopes, porque eu não tive tempo de tomar conta da divisão que o Sr., tomar nota da divisão que o Sr. Presidente fez, mas não me parece que ela coincide inteiramente, deve ser impressão minha, mas coincide inteiramente com o que consta nestes documentos, mas poderemos deixar isso para a seguir.

Então se faz favor Sr. Presidente...

O Sr. Presidente: - Citando uma memória, são relativamente infraestruturas cerca de 20 milhões, talvez um bocadinho menos, 18 milhões, algo assim no género...

O Sr. Vereador Ruben de Carvalho (Cont.): - ...mas, infraestruturas que nós, a Câmara pagou? Ou que a Parque Expo fez e a Câmara tem que lhe pagar...

O Sr. Presidente (Cont.): - ...não, são muitas perguntas que está a fazer, mas eu vou responder à única resposta que interessa para o efeito, como se recordará, aqui há uns anos, o município de Lisboa entendeu assumir o pagamento à Parque Expo dum conjunto de infraestruturas consideradas que não eram estritamente necessárias à realização do projeto Parque Expo, e que portanto deviam ser assumidas pelo município de Lisboa, durante muitos anos...

(Diálogos fora do microfone)

O Sr. Presidente (Cont.): - ...várias, várias, bom, e portanto se entenderam que não eram meros encargos do urbanizador, mas que eram, iam para lá desses meros encargos de urbanizador e portanto o município de Lisboa devia assumir e assumiu. Creio que foi na Presidência do Dr. Santana Lopes, acontece...

(Diálogos fora do microfone)

O Sr. Presidente (Cont.): - ...acontece que Loures, acontece que o município de Loures nunca aceitou o pagamento destas verbas, nunca aceitou o pagamento destas verbas, e no contexto da negociação que foi feita com o Governo, relativamente aos terrenos do aeroporto, aos terrenos do CCB, enfim, a todas estas questões, e também à assunção da gestão urbana do Parque das Nações, um dos pontos que nós acordámos foi o pagamento de uma verba, e agora não sei dizer de cor, mas a Sra. Vereadora poderá dizer, que eu tenho ideia que andarà à roda entre os 18 e os 20 milhões de euros, que tem a ver com as infraestruturas realizadas no território do Conselho de Loures, e em que se aplica o mesmo critério que tinha sido aplicado no Conselho de Lisboa, deviam ser assumidas por nós, bom, e resolvemos assumir essa verba, depois há uma segunda componente nessa verba de pagamento à Expo, que tem a

ver efetivamente com dívida da Câmara Municipal de Lisboa relativamente à gestão urbana realizada pela Parque Expo, e essa segunda, a primeira componente creio que não há dúvida que pode ser tratada como despesa de capital, relativamente à segunda, bom, também não vejo porque é que não possa ser, porque basta ter em conta que se trata de uma dívida, financeira à Parque Expo, e não o pagamento de um serviço, que precisamente não somos nós que diretamente fazemos aos fornecedores dos serviços, ou melhor, não éramos até agora, não éramos nós que fazíamos ao fornecedor dos serviços, a partir de agora devemos ser, e portanto terá necessariamente essa natureza, portanto, era isto que eu tinha a dizer sobre essa matéria.

O Sr. Vereador Ruben de Carvalho (Cont.): - ...ora bem, relativamente a outra questão, embora se tenha falado mais do que uma vez, a Sra. Vereadora tenha referido mais que uma vez, continuamos sem saber o que se passa com a EPAL, falou-se na EPAL acerca de 2012, falou-se da EPAL acerca de 2013, mas sem querer utilizar estrangeirismos, o que se chamava o loisau (?), não é? Fez-se umas referências continuamos sem saber, não temos nenhuma informação, não consta nenhuma informação, em que é que está o acordo, de resto os dois grandes sustentáculos do orçamento de 2012, que eram o acordo com a EPAL, e o fundo imobiliário, se estão ausentes como na descrição notável do orçamento de 2013, sumiram-se.

Acerca do Fundo Imobiliário não há! E acerca da EPAL também não sabemos se há acordo, se não há acordo, se é para andar, se não é para andar, sendo que, como é evidente, isto é tanto mais complicado, digamos assim, e perturbador quando depois se relaciona com a SIMTEJO, etc., etc., em vários aspetos.

No coiso, pedidos que nós formulámos na fase anterior, queria aliás agradecer à Sra. Vereadora e aos seus serviços devem-nos ter enviado, enfim, alguma dos documentos, e das informações que pedimos, embora algumas tenham chegado hoje de madrugada, o que tornou um pouco difícil para nós consultá-los, e compaginá-las com a proposta, mas em todo o caso chegaram, não é? Portanto há uma esperança para o ano, as coisas corram melhor, mas o relatório do auditor externo relativamente ao primeiro semestre de 2012, continua a primar pela ausência, e não é um documento secundário como seguramente a Sra. Vereadora concordará, também tínhamos pedido as taxas da execução de receita/despesa relativos a Novembro de 2012, o Sr. Presidente quando esteve na Assembleia Municipal teve, relativamente ao

período homólogo de 2011 evidentemente, deu a informação até Outubro, como é que as coisas evoluíram?

Há uma outra questão que nos, de carácter geral que nos põe, que nos coloca problemas, a Sra. Vereadora colocou com perspetivas para os impostos diretos 18 milhões, face às provisões de 2012, e tendo em conta a pesar das diminuições aprovadas das decisões tomadas quanto aos valores da Câmara. Ora bem, há um limite legal máximo, em relação a isto que eu espero tenha respeitado da POCAL, das 24 prestações. Mas a partir daqui há uma coisa que a nós nos faz um pouco de espécie, que é desde já fazermos, tender-se desde já que a Assembleia Municipal reconheça a possibilidade da contração dum empréstimo se as receitas não corresponderem a isto. Ora bem, é um valor, é um empréstimo com um valor que ninguém sabe qual é. Portanto achamos que é um pouco uma novidade pedir à Assembleia Municipal que autorize um empréstimo em abstrato, não é.

Depois há um aumento que nos fez alguma confusão também, que foi a previsão das taxas com ocupação da via pública, que ascende a 21 milhões de euros. Em 2012 a previsão foi de 17 milhões, e aí já foi 11 milhões acima de 2011, nessa altura isto incorporava um acerto de contas com a EDP, que de resto nós nunca percebemos mas também, enfim, não era fundamental. Tenhamos isto em conta, de 2011 para 2012 as taxas de ocupação de via pública subiram 11 milhões, e de 2012 para 2013 sobem mais 4 milhões. Eu não sei, de facto, qual é o milagre que permite esta subida das taxas de ocupação pública.

Depois estão também previstos 17 quase 18 milhões, de euros para a concessão e serviços públicos, constituindo isto uma subida de quase 5 milhões relativamente a 2012. Confessamos a nossa perplexidade sobre o que é que são estes serviços públicos, o que é que a gente vai conceder que nos vai render quase 18 milhões de euros mais cinco milhões de euros que em 2012.

Também a venda de serviços nos parques de estacionamento há um aumento de 10,3 milhões de euros, que também é uma verba desmesurada. E depois ainda há umas rendas com terrenos, nas vendas de serviços, que estavam orçamentados 4 milhões em 2012 passam para 22 milhões e meio, são 18 milhões. Que diferença nos terrenos, que rendas vamos nós ter com terrenos, é o caso do Mercado 31 de Janeiro, são outras, enfim, o que é que se passa. Mas isto não pode ser porque os bens de investimento, as vendas de terrenos a sociedades não financeiras, também há um pulo para 47 milhões, 47 e meio

quase. Portanto, há aqui alguns mistérios, lá voltamos ao que dissemos sobre ausência de informação para o valores e os números.

Em relação, há aqui um outro valor que nos fez também uma, enfim, uma razoável complicação é que depois de termos criado um fundo para acudir, sobre a qual de resto temos as maiores dúvidas, para acudir a um problema real, sem dúvida, que é o que possa decorrer em avaliação dos imóveis e eventuais subidas – eventuais não – nalguns casos inevitáveis subidas de rendas. Nós consideramos que se se justifica a Câmara criar um apoio para os seus inquilinos que é um processo extremamente perigoso, uma intervenção de apoio ao não pagamento de rendas de senhorios privados e de inquilinos privados. Temos as maiores dúvidas a este respeito, é metermo-nos num caminho que nem sabemos onde é que começa e muito menos sabemos onde é que acaba. Como é que isto se vai resolver?

A esse respeito, Sr.^a Vereadora Helena Roseta, fez referência a essa verba, quer dizer, o que é que permite à Sr.^a Vereadora supor que em 2013 vai resolver o problema das pessoas que não possam satisfazer as rendas de casas com, salvo, 3 milhões de euros. Quer dizer, não faço a mínima ideia se são 3 milhões de euros, e receio que seja muito mais, e depois interrogo-me como é que a Sr.^a Vereadora vai descalçar esta bota, não, como é que ajuda uns e não ajuda outros.

Mas ainda por cima acontece uma coisa curiosa, é que no meio desta bondade os valores provisionais para a venda de habitações sociais passam de 25 mil para 32 mil euros, mas 7 mil euros, milhões, não é. O que também me parece são mais casas, subiu o preço unitário, qual é que a razão deste aumento?

Ora, em relação de investimentos é evidente que o problema está condicionado fundamentalmente pela venda do aeroporto.

Não consta do saldo de gerência a transitar de 2012 9 milhões e meio relativos ao PIPARU, também não percebemos porquê.

O fundo municipal de urbanização desapareceu do PPI e do Plano de Actividades.

E finalmente quero só fazer um comentário relativamente ao entusiasmo da Sr.^a Vereadora relativamente ao Orçamento Participativo. Eu receio que ainda hoje o problema volte à reunião por um projecto risonho que não foi incluído na lista que a Sr.^a Vereadora apontou, que é um campo de Paintball, que falaremos nisso quando chegar a

(intervenção fora do microfone imperceptível)

O Sr. Vereador Ruben de Carvalho (cont.): - ... seguramente, o que eu duvido é que ele algum dia seja inaugurado com aquela verba, mas é outra história. Porque já uma vez pretendeu a Câmara de Sintra pretendeu fazer um campo de Paintball na serra de Sintra, fizeram contas e olhe Sr.^a Vereadora que eu duvido que com aquela verba faça mais do que comprar umas bolas. Mas a informação que temos é que, e que tem sido dada, é que a taxa de execução do Orçamento Participativo tem sido baixíssima. E há outro aspecto que me parece também relevante, é que não me parece, - eu não tenho presente aqui os números – mas a informação que temos é que a participação em sugestões no Orçamento Participativo não tem crescido, pelo contrário tem diminuído. Portanto, a participação das pessoas, das sugestões das pessoas. Por outro lado, e embora tendo ficado surpreendido pela Sr.^a Vereadora Mafalda Magalhães de Barros, não ter feito referencia, uma referencia apropriada ao órgão de Santa Catarina, estou muito perplexo com o facto. Estava toda a gente à espera dum lamento pela ausência desse item, mas a Sr.^a Vereadora fez uma observação que me parece que deve ser tida em conta.

Há, de facto, uma discrepância entre verbas para manutenção de equipamentos existentes e para a criação de equipamentos novos. Não tenho, como se deve imaginar, objecção a que se criem equipamentos novos, dependendo evidentemente qual deles. E no caso até vertente que a Sr.^a Vereadora citou o Museu do Aljube, esperar-se-á seguramente, podem ter a certeza que haverá da minha parte uma concordância. Agora o problema que se me coloca continua a ser o mesmo, é que a experiencia demonstra que esta questão dos equipamentos, não basta fazê-los, depois é preciso assegurar que eles funcionem. E nós temos experiencias várias de equipamentos que uma vez construídos, depois começa-se a fazer contas como é que eles funcionam. Em pessoal, em manutenção, etc., etc., etc.. E eu já manifestei mais do que uma vez, relativamente à zona não histórica, digamos, há zona da baixa com projectos relativamente ao Parque Mayer nomeadamente, à concentração de equipamentos culturais existentes nesta zona. E que na situação económica do país, a alturas tantas receio que não haja condições para assegurar o funcionamento de todos equipamentos que incluem quase uma dezena de teatros. Porque se fizermos as contas, desde o Largo Camões até ao Marquês de Pombal é quanto vamos ter, é praticamente uma dezena de teatros. Entre o São Luiz, o Trindade, o São Carlos, o D. Maria, o Capitólio, o Variedades, o Politeama, o Coliseu. Quer dizer, como é que isto vai funcionar?

E ainda por cima com situações, porque continuamos a não ter, contra aquilo que já várias vezes disse, qualquer estrutura de minimamente de coordenação de entendimentos sob o bom funcionamento cultural em Lisboa. Temos equipamentos particulares, temos equipamentos municipais temos equipamentos do Estado, cada um puxa para seu lado, cada um faz as coisas e não há uma entidade que coordene esta actividade nem se vê, nem se vislumbra qualquer vontade de o fazer.

Pronto, ficaram algumas observações, é natural que o prosseguimento da discussão nos desperte mais alguma motivo de intervenção. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Dou já a palavra a Sr.^a Vereadora Mafalda Magalhães de Barros. É só para dizer que a parte relativa a infraestruturas é mesmo 17,6 milhões de euros.

Sr.^a Vereadora Mafalda Magalhães

A Sr.^a Vereadora Mafalda Magalhães: - Oh Sr. Presidente, não me referi, é como resposta ao Sr. Vereador Ruben de Carvalho. Eu não me referi detalhadamente a cada medida que eu acho que está ausente nestas Grandes Opções.

(O Sr. Vereador Ruben de Carvalho fora do microfone imperceptível)

A Sr.^a Vereadora Mafalda Magalhães: - É. Mas há outra Sr. Vereador, há outra que por acaso esqueci-me de dizer há bocado. O que eu referi foi que há uma falta de visão estrutural da dimensão cultural da cidade. E essa dimensão cultural da cidade tanto pode estar na dimensão urbana como, portanto a cidade tem uma componente patrimonial que não é cautelada, nem na reabilitação urbana nem nada. Nós não vemos diariamente essa dimensão cultural ser acautelada como na própria área cultural nós verificamos que também falha essa ligação entre o urbanismo e a cultura. E eu vou-lhe dar já um exemplo, que eu há bocado me esqueci de referir, a candidatura da baixa a património mundial, que era um desígnio que foi lançado pela Câmara noutros executivos e executivos, e que houve uma serie de estudos levados a efeito para esse fim, e é completamente omissa nas Grandes Opções deste Plano. Fala-se no Fado, também foi uma iniciativa que também muito acarinhada anteriormente que o executivo prosseguiu e muito bem e é referido nestas grandes opções. Dar continuidade às iniciativas relacionadas com o Fado património mundial, mas ninguém refere a candidatura da baixa a património

mundial. Porquê? Que se ignore esta dimensão patrimonial e cultural da cidade?

E portanto a questão de não haver verbas para o órgão de Santa Catarina, para mim, já é um dado adquirido, tem a ver coma visão aquilo que nos separa. Não é Sr. Vereador? Mais aquilo que nos separa do que aquilo que nos une, por isso é que aqueles Senhores estão daquele lado e nós estamos daqui. E nós continuamos a afirmar a nossa visão da cidade que é diferente da visão. Eu sei que muitas vezes o Sr. Dr. Ruben sem querer concorda com muito daquilo que eu digo, não diz, mas muitas vezes concorda com as coisas que eu digo! Pela sua expressão.. outras vezes diz!

(Diálogos cruzados)

A Sr.^a Vereadora Mafalda Magalhães: - Ah, eu sei, eu sei. Nem sempre verbalizando, mas o Sr. Vereador apesar de estar sentado desse lado muitas vezes concorda com aquilo que eu digo. E agradeço-lhe muito ter lembrado o órgão de Santa Catarina, é que própria já começo a ficar cansada, Sr. Vereador. Tenho muita pena mas penso assim, “bom, não querem, não querem”, é mais um. Quando eu disse que o turismo é muito importante para a economia da Cidade, eu gosto muito de passear na baixa ou na alta, no chiado, e ver a igreja Basílica dos Mártires aberta. E as pessoas, turismo vai lá! Ninguém tem que saber que foi a Câmara que deu apoio para que sito fosse possível, era muito importante que esse tipo de políticas continuassem. Mas não querem, não querem! É por isso é que estamos sentados em lados diferentes da barricada!

O Sr. Presidente: - Não, mas o Sr. Vereador Ruben de Carvalho está do seu lado da Barricada. Ficámos a perceber.

(Diálogos cruzados)

O Sr. Presidente: - Sr.^a Vereadora Helena Roseta.

A Sr.^a Vereadora Helena Roseta: - Sr. presidente, Srs. Vereadores, eu vou-me dispensar de fazer uma intervenção de fundo uma vez que, como faço parte da equipa do executivo, as discussões que tinha que ter já as tive com os meus colegas. E portanto, tanto o Sr. Vereador Nunes da Silva como eu,

estabelecemos o compromisso possível que são estes documentos que aqui estão.

Queria dizer-vos no entanto, relativamente a duas questões, que foram suscitadas, dar alguns esclarecimentos.

A questão que está referida na página 22, do texto das Grandes Opções no eixo C não no eixo A, é que eu estava um bocadinho perdida, é na página 22. Efectivamente é um erro porque a promoção do arrendamento jovem através de bolsas de arrendamento sim senhora; alargamento do programa Porta 65 jovem isto não podemos nós fazer, não nos compete. Portanto, é um erro de redacção, o que deveria cá estar eventualmente poderia ser “complementaridade do Programa Porta 65 Jovem”, podia para se fazer essa correcção. Porque isso está previsto no programa convencional, haver complementaridade com a Porta 65 Jovem. Penalizo-me por não ter visto o erro quando verifiquei esta parte do texto, e portanto pedia para se fazer essa pequena correcção.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Vereador Ruben de Carvalho. É uma questão de fundo o problema de subsidio de renda. O Sr. Presidente pediu-me para estudar uma medida desta natureza e com estas características. Eu já fiz reuniões preparatórias quer com a DECO por causa das famílias endividadas, quer com a Associação de Inquilinos Lisbonenses por causa da aplicação da Lei de arrendamento urbano. Há disponibilidade das duas entidades para colaborar connosco numa proposta de solução. Temos consciência dos eventuais efeitos perversos do que possa ser um subsidio de renda mesmo que seja um subsidio parcial, relativamente ao problema dos aumentos de renda. Mas por outro lado também sentimos a necessidade do lado das famílias.

Portanto, Sr. Vereador, aquilo que lhe posso dizer é, pela minha parte quando o Sr. Presidente me pediu para estudar esta matéria eu disponibilizei-me imediatamente, porque tudo aquilo que nós pudermos mobilizar no sentido de apoio às famílias nesta área, é importante. seguramente não vamos aplicar um modelo qualquer estapafúrdio sem termos o cuidado de o ver com as forças políticas que estão à volta destas mesas, porque efectivamente este é um tema delicado e nós sabemos que pode conduzir a efeitos perversos. E portanto terá que se encontrara aqui uma solução que seja equilibrada que seja exequível e que não venha a criar, nem as desigualdades que o Sr. Vereador teme que possam vir a ser criadas, nem aquelas que temo que é a possibilidade de inflacionar os custos das rendas em Lisboa. sabendo que a Câmara Municipal dá subsídios ou dá apoios ao arrendamento.

Portanto, isto tem que ser estudado com cuidado. Esse efeito perverso verificou-se com a Porta 65 Jovem, e há muita literatura sobre isto.

Seguramente Srs. Vereadores estou disponível para falar consigo ou com o gabinete para apresentar as ideias que temos neste momento, mas não avançaremos com nada sem submeter, naturalmente aqui à deliberação do executivo com todas as componentes que um programa desta natureza terá que ter.

O Sr. Presidente (fora do microfone): - Que se articula com o RMAL.

A Sr.^a Vereadora Helena Roseta: - E que se articula, e o Sr. Presidente está-me a chamar a atenção e muito bem, que se articula com as famílias que estão inscritas no RAML, que não conseguem aceder a habitação municipal porque os pedidos são muito mais que as casas disponíveis. Nós agora temos algum aumento de casas disponíveis, por causa das obras do PIPARU vamos tendo tais obras disponíveis, mas mesmo assim estamos longe de atingir o meu desiderato, que era uma atribuição pelo menos de 100 a 150 casas ao RMAL anualmente. Nós atribuímos mais do que isso todos os anos mas para vários outros fins: realojamentos, transferências, enfim, uma serie de fins resultantes da gestão social.

Mas há famílias que estão inscritas no RAML, que têm uma carência habitacional efectiva, e que nós não conseguimos responder. E portanto, era também uma forma de darmos uma alternativa. Aqui também pode haver um efeito perverso, e os Srs. Vereadores talvez não estejam conscientes disso. Nós temos muitas vezes recusa de famílias que se inscrevem no RAML que depois dizem que não querem a casa que lhe é atribuída porque não gostam do bairro.

Por estranho que isto possa parecer, nós estamos a atribuir as casas às famílias com pontuações mais altas, portanto são famílias efectivamente carenciadas e mesmo assim muitas vezes não aceitam porque dizem que não querem ir para aqueles bairros. Não aceitam.

E portanto, o que é que acontece? se criarmos em concorrência um subsidio as famílias vão todas querer o subsidio e vez de ver a casa. em vez de querer as cas e nós ficamos com as casas em stock.

Portanto, isto tem que ser estudado com muito cuidado para criar esses efeitos perversos todos.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador Ruben de Carvalho.

O Sr. Vereador Ruben de Carvalho: - Sr. Presidente, é só uma observação, não quero entrar em diálogos, mas será posteriormente discussão. Mas uma das diferenças que eu acho de tomo é exactamente essa. É que encarar o problema do RMAL e das limitações dos RAML, da nossa parte nós estamos inteiramente de acordo. Entre outras coisas além das razões sociais que justificam, por ser um universo que é um universo que nós conseguimos medir. Sabemos onde é que começa, sabemos onde é que acaba, quanto é que isto custa, quanto é que é preciso, etc. agora o outro não sabemos!

É um tiro completamente no escuro, e isso é que nos preocupa, não é, digamos, podemos criar expectativas que não só pode ter efeitos especulativos, como podem criar problemas sociais muito mais complicadas do que aqueles que estiveram na sua origem.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador Pedro Santana Lopes. Sr. Vereador Manuel Salgado.

O Sr. Vereador Manuel Salgado: - Muito obrigado Sr. Presidente.

Era só uma pequena informação, Sr.^a. Vereadora Mafalda Magalhães de Barros, referiu que haveria uma diminuição significativa das verbas destinadas à reabilitação urbana.

Eu só queria referir que as verbas da reabilitação urbana são essencialmente verbas do casino e verbas do PIPARU, estão distribuídas por várias rubricas. E por exemplo, quando se se surpreende por haver uma verba para o Museu do Aljube significativamente superior àquela que está destinada ao Museu da Cidade. é que enquanto a verba para o Museu da cidade é capitais próprios e para manutenção e gestão do Museu da cidade. a do Aljube é uma verba PIPARU para um projecto de reabilitação integral daquele edifício que foi cedido à Câmara e que tem que ser reabilitado para ...

O Sr. Presidente (fora do microfone): - com esse encargo.

O Sr. Vereador Manuel Salgado: - Com esse encargo de vir a ser o Museu da Republica.

E portanto, queria referir também que há aqui outras rubricas que têm verbas pequenas que se destinam, exactamente, a desenvolver projectos, estudos e projectos com a finalidade de preparar candidaturas ao Programa Lisboa 20-20 que têm que ser preparadas e estudadas, e que nalguns casos podem exigir o

recurso a consultorias ou participações de projetistas e entidades exteriores ao município.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador Pedro Santana Lopes, ou era uma questão que queria colocar à Sr.^a Vereadora?

(Intervenção fora do microfone)

O Sr. Presidente: - Então, há várias pessoas a porem questões, não foi só ao Sr. Vereador, hoje tem tido muitos acompanhantes. Sr. Vereador Pedro Santana Lopes

O Sr. Vereador Pedro Santana Lopes: - Sr. Presidente. Srs. Vereadores, este é o ultimo orçamento, Plano e Orçamento deste mandato. Um mandato naturalmente marcado pela crise económica e social que o país atravessa e que sente de modo particular na capital, é natural que assim aconteça.

É evidente que é um Plano e Orçamento marcado também por aquela que foi a reconversão, já assinalada pelo Sr. Vereador Ruben de Carvalho, em relação às principais fontes de financiamento, quando diferença pela altura em que tratamos o Plano e Orçamento para 2012.

Na altura assumia um plano de destaque com o fundo de investimento imobiliário, também esse acordo com a EPAL. Neste momento o acordo com o estado assume aqui o papel de destaque, já tivemos ocasião de falar sobre o conteúdo desse acordo, irei, voltarei a ele na parte final dessa intervenção, por um ponto em concreto.

Foram importantes os esclarecimentos dados pela Sr.^a Vereadora das Finanças, a quem quero mais uma vez dar a palavra, reconheço a dificuldade, sei da dificuldade, quer da Sr.^a Vereadora Mafalda Magalhães de Barros, em arrumar os artigos de papelaria; quer na Gestão das Finanças da Câmara Municipal de Lisboa, é uma tarefa complexa, é uma tarefa exigente, não é nada fácil, este dia nunca é fácil, e não quero deixar de lhe dar uma palavra de compreensão sobre isso.

As sugestões que fazemos, nomeadamente esta questão da Parque Expo, pronto, resultou também de alguma memória pelo exercício de funções no passado, mas eu recorro que no Acordo para regularização da Divida com a Parque Expo, o valor global já não sei, de memória tenho 150 milhões de euros.

Estavam incluídas de fato várias infraestruturas, como disse o Sr. Presidente, nomeadamente viárias, algumas que utilizamos todos os dias, ali na Zona do Relógio, na Zona de Moscavide, Moscavide, enfim, no que é ainda Concelho de Lisboa, o lado de cá, e que não foram nunca objeto de regularização financeira por parte da Câmara, e foram assumidas, de fato 2004, também na Presidência do Dr. Carmona Rodrigues, quando ele estava como Presidente da Câmara, bem.

Mas as suas explicações foram importantes. Porquê? Porque de fato, quando olhamos para o Orçamento, como diz o Sr. Vereador António Carlos Monteiro, este salto na Despesa Corrente, como sabe melhor do que nós, nunca é um bom indicador, numa leitura de Orçamento, pronto, depois vieram as explicações, mas as explicações são sempre isso mesmo.

E por isso, essa possível reafectação de verbas julgo que poderá ser prudente para uma leitura adequada do Orçamento, porque o Orçamento de fato, o conteúdo das diferentes opções, como a Sr.^a Vereadora teve ocasião de fazer ressaltar, ali na análise da decomposição da Despesa Corrente, nomeadamente na Despesa de Pessoal e também de Funcionamento, não tem acréscimos que possam ser motivo de censura, os acréscimos mais significativos que ali são detetáveis, decorrem, como diz, de Normas do Orçamento do Estado, por aquilo que se me foi dado a perceber.

Eu tenho algumas dúvidas, de fato, sobre as arrumações, as rubricas que são feitas, porque a nota que tenho aqui do Gabinete, a análise foi feita, fala em Aquisições de Bens e Serviços Correntes, e depois ouvi falar em Aquisições de Serviços, à Sr.^a Diretora Municipal, a propósito destas contas com a Parque Expo, com a SIMTEJO, e pronto, isto para além das coisas de Pessoal, as aquisições de Bens e Serviços Correntes é outra coluna, outra rubrica para onde se olha logo para se ver qual é a evolução do Orçamento de um ano para o outro, e portanto, de qualquer modo esse esclarecimentos que foram dados são importantes.

Tenho aqui a nota também, estive a conferir, em relação ao aumento do Passivo Financeiro, de cerca de 24,2%; e em relação a isto, gostava de dizer que é para nós importante, e quando nós, falo na Vereação, falo também de contactos que já tive com o nosso Grupo na Assembleia Municipal, nomeadamente o Dr. António Proa, a esta questão do ano de transição, em relação à Taxa de Conservação de Esgotos, e pronto, entre a Câmara e a EPAL, e o que fazer com estes cerca de 30 milhões de euros, que estava falado que seriam utilizados na amortização da Dívida.

Já tive ocasião de fazer esta nota antes da Reunião, ao Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Câmara disse-me que há uma amortização da Dívida superior até este montante, no entanto esta sugestão que é feita, decorre e vinha na linha da preocupação com este aumento da Despesa Corrente.

Temos aqui, Aquisição de Bens e Serviços Correntes, mais 60,4%; juros e outros encargos, -56; outras Despesas Correntes, mais 66,4, e construções diversas, mais 20,2; e os Passivos Financeiros, mais 24,2%. Visto assim, lido assim, pareceria um Orçamento eleitoralista e politicamente inaceitável, na situação particularmente em que vivemos, mas enfim, considero parcialmente satisfeitas as questões que foram colocadas, há aqui 1 ou 2 que sobram, que eu sei que a Sr.^a Vereadora deverá ter tomado nota, e gostávamos de fato de saber a sua justificação.

Na análise mais política do Plano e Orçamento, eu aguardo para ouvir as intervenções dos Srs. Vereadores, e não posso deixar de estranhar aqui nas afetações de verbas e no conteúdo das intervenções, que não seja dado este ano, neste Orçamento, uma ênfase maior à Área Social, as verbas para a Ação Social aumentam, de 12 para 18 milhões de euros, pelo que estive a ver são esses os números, é um aumento considerável, mas julgo que pode e deve ser detalhado, e julgo que a População de Lisboa precisa de o ouvir, e precisa de saber que o Orçamento da Câmara dedica uma especial atenção a esta Área.

Há outra diminuição, que é aparentemente inexplicável, ele há-de ter uma justificação, principalmente sabendo nós das limitações nesta matéria da Cidade, a diminuição de cerca de 54,9% da verba para Higiene e Limpeza Urbana, já não falo na dos Mercados, que tem uma diminuição de 44,1, mas para Higiene e Limpeza Urbana, em que a nota diminui 54,9%; há-de ter uma explicação, não acredito que se vá gastar menos este montante na limpeza da Cidade, que bem precisa de algum investimento adicional para o estado que todos para ela desejamos.

Nota-se para o último ano de Mandato, pela Ordem de Trabalhos de hoje, o toque, a referência ou a assunção de que algumas matérias estavam pendentes, dou o exemplo, espero que a aquisição de alguns edifícios na Rua Pardelhas Sanches, não é como se chama, no Bairro da Liberdade, represente o desbloquear finalmente deste ponto, e até daquela urbanização de responsabilidade, aquele loteamento municipal, neste Bairro vítima, em tempos vários e Mandatos vários, incluindo o meu, de intervenções não bem sucedidas.

E portanto, esperamos de fato que isso aconteça e não o lamentamos por ser ano de eleições, os anos de eleições não devem parar as ações dos Executivos, desde que elas revelem continuidade, coerência e consistência, e não apareçam iniciativas de novo.

Não quero deixar de referir também, a importância que devia merecer no Plano que nos é apresentado e numa intervenção que não ouvimos, a questão das opções viárias na Cidade e da gestão do tráfego.

Ontem tive o gosto de encontrar o Sr. Vereador Nunes da Silva, ali num engarrafamento no Marquês, a descer a Rua Castilho, vínhamos mesmo ao lado um do outro, eu não me pus aos gritos, é este o Vereador do Trânsito, porque tive consideração por ele e respeito, e a coisa podia acabar mal, mas enfim, depois soube-se a explicação de que um autocarro de turismo tinha tido um acidente, e portanto estava aquilo tudo às 10 e tal da manhã, entupido.

Mas não são só os autocarros de turismo, sabemos como as opções que têm sido feitas, tem tido consequências, porque há uma opção deste Executivo, começou por limitar a circulação na Baixa, no Terreiro do Paço, aqui na Zona Ribeirinha, depois na própria Baixa, depois na Avenida da Liberdade, pronto, e sem serem construídas soluções viárias alternativas.

É uma opção de limitação que até pode ser compreensível, temos uma compaginação com a crise económica e com a diminuição da entrada de veículos na Cidade, agora sabemos como esta matéria está, e vai ser assim neste mês de Dezembro, onde acaba o período experimental do Marquês, como esta matéria é difícil.

E devo dizer, Sr. Vereador Nunes da Silva, que oiço falar sobre as alterações introduzidas no Marquês e na Avenida da Liberdade, lá dentro funciona bem, no Marquês, agora a questão estética também tem que ser rapidamente resolvida, porque se há algo que a Cidade tem de bom, de melhor hoje em dia, é a visita do número de Turistas, mas não é só pelos Turistas, também por nós, aqueles jerricans ali no Centro da Cidade, já não se podem ver, tem que acabar rapidamente o período experimental, está a ver, e tirar um conclusão.

Eu não deixo de dizer, que acho que a Avenida da Liberdade, que a conclusão devia ser que assim não pode ser; o Marquês acho que é positivo, eu aliás não abri a boca sob as alterações, acho que só um insensato é que fala muito antes das alterações, depois tem que se ver a aplicação na prática.

E portanto, as consequências da vossa política, das alterações a que têm procedido aqui na parte antiga da Cidade, merecem uma intervenção, eu diria justificação, intervenção e planeamento com cabeça, tronco e membros. Está a ver? Eu lembro-me de ouvir muitas vezes a critica das intervenções pontuais, e

estas intervenções de limitação, também parecem por vezes pontuais, independentemente das justificações serem nobres e nomeadamente em matéria de diminuição da poluição, mas como dizia a Sr.^a Vereadora Mafalda Magalhães de Barros, não vale passar a poluição de uns lados para os outros, está a ver, nomeadamente essa Rua do Salitre e a já tão falada Rua da Escola Politécnica, exatamente.

Mas portanto, a Área Social, Limpeza e Higiene Urbana, algumas opções urbanísticas, nomeadamente o Bairro da Liberdade; a Reabilitação não vou discutir. O PIPARU é adiado, não é, o PIPARU, o Ponto seguinte? O Ponto 4, pronto, mas já conhecemos as opções deste Executivo em matéria de Reabilitação.

Não quero deixar a propósito deste último Plano e Orçamento, deste Mandato, de salientar também, que em relação à Baixa, houve as opções da Boa-Hora, a opção prevista no Plano, da construção ou da existência creche, e portanto a nota de que os próximos tempos possam trazer algum investimento nesta matéria, em relação julgo que às 12 creches aqui faladas no Plano, foram apresentadas.

Também notar, que não ouvimos a Sr.^a Vereadora da Cultura, e nomeadamente sobre a expansão do Museu da Cidade e matéria prevista no Programa Eleitoral; em relação ao MUDE, conhecemos algumas vicissitudes porque tem passado, no entanto foi uma mais valia para aquela que é a malha da oferta cultural da Cidade, na estrutura empresarial.

Compreendo as preocupações do Sr. Vereador Ruben de Carvalho, mas politicamente, nós queremos notar que este é um Mandato em que se extingue a EPUL, com o nosso voto favorável, e em que continua a GEBALI; eu não deixo de dizer que considero que a EPUL tem um “good weal” superior ao da GEBALIS, manifestamente, mas depende das opções do Executivo, deste e do próximo, saber onde ficará o Parque Habitacional, antes adstrito à EPUL, enfim, tem que estar sob a responsabilidade da GEBALIS, e portanto.

Diga? Vai ser o próximo Executivo, pronto, mas logo veremos se a Sr.^a Vereadora fará parte ou não do grande Acordo de Coligação que se anuncia, mas, e aí a Sr.^a Vereadora Mafalda Magalhães de Barros e o Sr. Vereador Ruben de Carvalho já não estarão do mesmo lado da barricada, de certeza, e portanto logo veremos nessa matéria, qual a continuidade da política, pelo menos, espero que não, não sei.

Gostava de dar, para terminar, uma palavra ou duas em relação a Pontos importantes de cumprimento do Programa Eleitoral da Maioria que governa o Executivo, e que julgo que reverte em benefício da Cidade.

Primeiro, a intervenção no Terreiro do Paço. Uma aspiração de muitos anos e que se começa a concretizar, para satisfação da generalidade dos lisboetas, a limpeza das arcadas dos ministérios, a abertura de espaços de serviço aos Turistas, a Praça tem de fato uma dimensão muito grande, aquilo não é fácil, e principalmente em dias de sol, aquele centro da Praça não é nada fácil, mas é manifestamente positivo o que lá já existe, e todos nós lisboetas, nos temos que congratular com isso.

Ficamos, sabemos também que não está guardado para próximo de eleições, mas agora, a inauguração do Corredor Verde, para que é proposto justamente, o nome do Arq.^o Gonçalo Ribeiro Telles. É também uma aspiração de muitos setores desta Cidade e que é concretizada agora, e não quero deixar também de dar uma palavra a esse propósito, porque, a propósito até do seguinte facto, de se cumprir uma promessa, que tem muito valor, independentemente às vezes de concordarmos ou não, não é o caso, de discórdia, concordarmos ou não com a promessa feita, mas concretizar uma promessa tem muito valor em si mesmo

Depois, a Ribeira da Naus, estamos a aguardar, esta está pronta mais próxima das eleições, mas é aqui extraordinário para a Cidade, julgo eu, aquilo que para lá se prevê; e “last but not the least”, o caso do Parque Mayer, para onde espreito quase todos os dias, não-de compreender a minha curiosidade, e que não sei se vai coincidir também no calendário eleitoral a conclusão da obra, mas também se for concluída, esta aqui já não é uma promessa, um estilo de intervenção com que concorde tanto, mas o importante é ficar feito e ser revitalizado aquele espaço.

Portanto em relação àquela que é a situação da Cidade neste momento, queria sublinhar, para além da importância da Área Social, da mobilidade na Cidade, da conservação do espaço público, da estética na conservação do espaço público, nomeadamente no Centro da Cidade, a importância da Reabilitação Urbana a vários níveis, saber que é também neste Mandato, esqueci-me de referir isso, que ficou completa a despoluição, e eliminação das causas de poluição no Rio Tejo, isso foi também e é também importante para a Cidade.

Agora, como dizia a Sr.^a Vereadora Mafalda Magalhães de Barros, em muitas matérias, nomeadamente na gestão viária da Cidade, há opções diferentes daquelas que são as nossas. Hoje em dia coloca-se também em cima da mesa uma questão quanto aos transportes escolares na Cidade, podemos passar, como é que se chamam, as carrinhas é o cumprimento também doutra promessa.

Mas eu acho que a propósito da reconsideração do Estado Social, se há matéria em que hoje em dia penso muitas vezes na aplicação dos dinheiros públicos, é naquilo que algumas famílias de rendimentos mais privilegiados têm ao seu dispor, os transportes públicos escolares, e que consomem verbas significativas ao Erário Público.

Aproximamo-nos de eleições, o próximo Plano e Orçamento será discutido já depois da realização de eleições, e queremos dizer que apesar disso, mantemos a mesma disposição para fazer tudo para não votar contra os instrumentos estratégicos de governação da Cidade, por uma questão de responsabilidade para com a Cidade, mas também para com o País.

Por isso mesmo, compreenderão que não votamos a favor o Plano e o Orçamento, não é a nossa governação, não são as nossas opções, mas queremos dar uma palavra aos esforços que têm sido feitos também pelo Sr. Presidente da Câmara e também pela Sr.^a Vereadora das Finanças, no sentido da aproximação de posições, apesar de saber que há necessidade de obtenção de Maioria na Assembleia Municipal, mas julgo que tem havido essa preocupação, nomeadamente nestes últimos 2 anos, de procura de consenso.

Não quero deixar de dar uma palavra neste último Plano e Orçamento, sobre o seguinte. Enquanto exerci as funções de Presidente da Câmara, nunca procurei obter consensos com estruturas partidárias, fi-lo sempre com a Vereação, a da Maioria e a da Oposição, é um ponto em que divirjo na atuação e na metodologia do atual Presidente de Câmara, não queria deixar de fazer esta nota, antes de terminar este debate sobre este Ponto importante, o Plano e Orçamento.

Mas enfim, esperamos ter razões para nos abstermos e para que o Orçamento possa ser viabilizado, e para que não se cumpra a tradição deste Município, que é dos últimos Orçamentos de cada Mandato não passarem, neste não passou o primeiro.

Portanto, Sr.^a Vereadora das Finanças, eu termino, quase a terminar este Mandato vêm ai candidatos, e quem foi já candidato deve dar o espaço aos novos candidatos, mas também termino este meu exercício de Mandato, está quase, como comecei, a dar-lhe uma palavra a si, pela dificuldade que sei que naturalmente encontra na gestão desta máquina tão difícil.

E ao Sr. Presidente da Câmara, dizer que está nas suas mãos conseguir, nomeadamente em relação a esse esclarecimento, a afetação do montante correspondente, àquela Taxa de Conservação de Esgotos e ao nível de Amortização de Divida que é feito, saber se vamos ter abstenção ou não, daqui até ao final da fileira político/institucional. Muito bem, muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Vereador. Sr. Vereador António Carlos Monteiro.

O Sr. Vereador António Monteiro: - Sr. Presidente, apenas para dizer que fiz um conjunto de questões, que até este momento não tiveram resposta...

O Sr. Presidente: - Oh Sr. Vereador, mas se é por isso, eu só não dei a palavra à Sr.^a Vereadora Maria João Mendes, porque o Sr. Vereador pediu a palavra.

O Sr. Vereador António Monteiro: - Eu ia insistir para que fossem respondidas, até para poder continuar a minha intervenção, que parei para que fossem respondidas essas mesmas questões, o debate tem-se desenrolado, eu não posso deixar de dizer que a resposta a essas questões é fundamental para eu poder continuar a minha intervenção, e por isso mesmo é que estava ainda há pouco a pedir a palavra.

O Sr. Presidente: - Interrompemos a sua intervenção agora, e dou a palavra à Sr.^a Vereadora Maria João Mendes.

O Sr. Vereador António Monteiro: - Sr. Presidente, e estou inscrito para intervir imediatamente a seguir.

O Sr. Presidente: - Oh Sr. Vereador, o Sr. Vereador por defeito está sempre inscrito, está a ver, é como no computador, na dúvida está inscrito, está a ver. Portanto é capaz de ser melhor então fazer, como foram várias questões, o Sr. Vereador Nunes da Silva também quer responder, creio eu, e depois terminávamos com a Sr.^a Vereadora Maria João Mendes.

Sr.^a Vereadora Catarina Vaz Pinto.

A Sr.^a Vereadora Catarina Vaz Pinto: - Muito obrigada, só queria prestar esclarecimentos relativos às questões que a Sr.^a Vereadora Mafalda Magalhães de Barros levantou.

E dizer que na verdade aquelas verbas não são comparáveis, na medida em que a venda que está prevista para o Museu do Aljube é a que a verba que paga a construção do edifício, e que é uma verba do PIPARU, portanto o Museu do Aljube vai ser construído em 2013, e portanto só terá verbas de gestão, para gestão do edifício, a partir de 2014.

E que relativamente ao Museu da Cidade, há um conjunto de verbas distribuídas por várias rubricas, e que na verdade, portanto uma parte é de manutenção e outra parte é só em Plano de Atividades, que são cerca de 300 mil euros, portanto na verdade é um bocado difícil ler nestas linhas todas, porque têm que se somar todas as verbas.

Mas para este ano, é evidente que não está prevista a Remodelação que o Palácio Pimenta necessita, porque é uma grande intervenção, ela já esteve candidatada ao turismo, mas ainda não se verificou, mas portanto, não há também nenhum desinvestimento no Museu da Cidade, antes pelo contrário, o Estudo do Dr. Mega Ferreira já foi entregue, e neste momento está a ser analisado e pensada a forma como ele pode ser paulatinamente ainda ajustado e paulatinamente executado a partir do ano que vem. Muito obrigado.

O Sr. Presidente em Exercício: - Muito obrigado, Sr.^a Vereadora. Sr.^a Vereadora Mafalda Magalhães de Barros.

A Sr.^a Vereadora Mafalda Magalhães de Barros: - A Sr.^a Vereadora falou na construção do Museu, mas o edifício existe, é um edifício histórico.

A Sr.^a Vereadora Catarina Vaz Pinto: - Requalificação, desculpe é Requalificação.

O Sr. Presidente em Exercício: - Aliás, Srs. Vereadores, esse Projeto vai ser apresentado hoje na Reunião de Câmara.

Portanto, eu dava a palavra ao Sr. Vereador Fernando Nunes da Silva.

O Sr. Vereador Nunes da Silva: - Muito obrigado. Vou só dizer 2 coisas, a Sr.^a Vereadora Helena Roseta já referiu o que é que são sempre estas opções de condicionalismos aqui dentro, e portanto os resultados eleitorais vigoram não apenas para definição de Maiorias e Oposição, mas definem também nos pesos relativos que cada um tem no próprio Executivo, como não pode deixar de ser.

É óbvio que para além de ter mais ou menos dinheiro, eu hoje penso que é mais importante, era a articulação de várias áreas de intervenção que contribuem para o funcionamento da Cidade, em termos de acessibilidade e mobilidade, e que infelizmente estão dispersas por vários Pelouros nesta Câmara.

E por outro lado, também, a própria capacidade técnica que a Câmara tem para poder desenvolver os projetos que necessita, e desse ponto de vista deu-se um passo de gigante, com a criação de uma Direção Municipal autónoma e com as áreas de intervenção que em princípio, pelo menos em parte estão asseguradas nessa mesma Direção Municipal, mas que tem um desfalque técnico absolutamente impressionante.

Não é só em termos quantitativos, portanto Quadros, digamos assim, já depois das reduções todas que foram feitas e depois da Reestruturação da Câmara, previa 163 ou 4 Funcionários, teremos neste momento 130, alguns deles com Baixas prolongadas há mais de 2 anos, e portanto nem sequer contam, e o diferencial de 35 Efetivos na Direção Municipal são Quadros Técnicos, temos a mais Administrativos e menos Quadros Técnicos, portanto é uma situação extremamente complicada de resolver.

De qualquer modo, não queria deixar de agradecer as palavra que o Sr. Vereador Santa Lopes referiu acerca disso, porque me assegura algum tempo de antena quando vier apresentar a Avaliação do Teste da Avenida da Liberdade, em relação ao qual partilho exatamente das suas opiniões, começo a ter neste momento mais alguns dados, ainda não os tenho totalmente, ainda estão a ser elaborados, mas vão começando a surgir um pouco às pinguinhas, digamos assim, até haver o Relatório das entidades que estão a proceder a algumas avaliações, mas já começam a dar algumas coisas e começo a ter uma ideia bastante clara sobre o que é que é necessário fazer, aliás devo-lhe dizer, vai um pouco ao encontro daquilo que inicialmente a Direção de Mobilidade, e nomeadamente o Departamento de Planeamento e Gestão de Tráfego alertava para a necessidade, e nessa altura não só apresentarei os resultados da avaliação, mas também os enquadrarei naquilo que falou, de uma forma mais geral, porque se falou muito em política e estratégica da mobilidade para a cidade, que é uma área, e foi importante e eu acho que neste momento ela está relativamente clara para todos, mas não se deu a mesma importância na clarificação do que é a rede viária, e o seu funcionamento, e eu acho que isso vale a pena fazer até em função dos resultados que aqui forem dados, espero que no início de Janeiro possamos ter essa reunião, e ter algum tempo para poder apresentar isso.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito obrigado Sr. Vereador, vou dar a palavra à Sra. vereadora Maria João Mendes.

A Sra. vereadora Maria João Mendes: - Eu queria começar por agradecer nomeadamente ao Vereador Pedro Santana Lopes a sua palavra de apreço relativamente ao trabalho na realidade formular qualquer orçamento e plano nesta casa, como em todas as casas grandes, não é fácil, mas eu quero antes de mais reiterar uma coisa que venho dizendo constantemente, o momento de discussão do Plano e Orçamento são, quanto a mim, um momento de crucial da vida das cidades, nomeadamente em cada ano, e não são efetivamente o Plano e o Orçamento não são da Vereadora das Finanças, um Plano é antes de mais na realidade um conjunto de opções estratégicas, e é de estratégia que se fala, e é a estratégia que é relevante, e daí que eu defenda que cada um de nós, responsável nomeadamente em termos de Executivo, por uma área de intervenção, deve efetivamente fazer uma explanação sobre aquilo que é a estratégia que está consubstanciada na realidade no nosso programa para a cidade.

O Plano e o Orçamento são do executivo, nomeadamente do seu Presidente, e eu acautelo fundamentalmente, digamos, aquilo que é, diria, quase sou um relatora da tradução financeira de tudo isto, e faço outra tentativa que é relevante, que é fazer os equilíbrios em termos de gestão financeira, porque ela é importante, porque é importante na realidade que não ocorram desequilíbrios e que se possa assegurar a prossecução da atividade, mas na realidade é de estratégia que se fala, e o principal, digamos, o suporte de tudo isto é uma estratégia e um plano de ações que se apresentam à cidade.

E no fundo agradeço ainda a sugestão que dá em relação à digamos, à assunção de parte daquilo que é a regularização das contas com a Expo, no que diz de corrente para capital, é verdade, eu inclusivamente é uma componente importante, e que eu me estava a esquecer, é evidente que o SR. Vereador e o Presidente têm, como são muito fatos do passado que se vieram a arrastar, e tem-nos muito mais presente até do que eu, mas é verdade que essa componente da regularização daquilo que é a regularização da dívida, em termos de obra, tem naturalmente e deve, e portanto nós temos aqui duas componentes em relação por exemplo à Parque Expo, que é tudo isso que é a regularização nomeadamente por via de Loures, daquilo que era os passivos de Loures, e que são fundamentalmente capital, e devem ser reclassificados, e temos a outra componente que diz respeito exatamente à gestão da Parque Expo que é pela sua natureza embora seja também uma herança que nós vamos fazer face através efetivamente deste esforço de regularização, mas a natureza em si tem mais, efetivamente uma natureza corrente embora seja efetivamente uma aquisição de, uma assunção de dívida de terceiros, pronto, e

o que nós podemos fazer é isto está perfeitamente isolado em termos de ação de plano, o que poderemos e devemos numa, eventualmente numa primeira alteração orçamental é reclassificar uma parte significativa em capital, e logo daí efetivamente tornar mais claro, inclusivamente mais correto esta separação.

Respondendo depois relativamente às questões que foram colocadas no fundo no que diz respeito às opções e à estratégia a maior parte das questões que foram colocadas já foram abordadas, e no que diz respeito, eu vou basicamente centralizar-me naquilo que diz respeito exatamente ao reflexo financeiro dessas mesmas opções naquilo que diz, que é o seu Orçamento.

E, nomeadamente respondendo ao Vereador António Carlos Monteiro, e o Vereador António Carlos Monteiro colocou aqui uma série de questões relativas à evolução de rubricas de despesa, e eu quero antes de mais salientar uma coisa que comecei por apresentar aqui no terceiro ou no quarto slide da minha apresentação, que tinha um grande bloco que se chamava regularização das dívidas e faturas em atraso, e que totalizava 76,7 milhões de euros, estes 76,7 milhões de euros que dizem respeito desde 13 milhões de euros de encontro de contas, a regularizações patrimoniais, a questão da Parque Expo com 20 milhões, os pagamentos em atraso com 15 milhões, as estimativas dos saldos a transitar de compromissos com 13 milhões, e que totalizam na realidade os 77 milhões, depois tem que ser inseridos, apesar de serem regularizações tem que ser inseridos nas naturezas económicas respetivas, porque é aí que eles têm que ser efetivamente realizados, e daí que há uma parte significativa, são 77 milhões, que estão em que maioritariamente são efetivamente regularizações de coisas correntes, e que depois aparecem efetivamente refletidas em termos de despesa.

Mas eu posso dizer que no que diz respeito nomeadamente à aquisição de serviços, e à aquisição de serviços tem realmente uma variação, tem um Delta de 62 milhões e meio, este Delta de 62 milhões e meio que nós já vimos há bocado, decompõe-se em dois, em duas verbas digamos com significados distintos, uma de 36 milhões de euros, que são efetivamente as regularizações à Parque Expo, os 20 milhões, ao encontro de contas de 10 milhões e meio, e acordos de 5,6 milhões e depois tem outra componente que efetivamente também de crescimento, que é de 26 milhões e meio e que diz respeito ao aumento de serviços mas derivado nomeadamente de um conjunto de três situações que eu destaco, 15 milhões da SIMTEJO, é o serviço normal da SIMTEJO inclusivamente já em toda a área da cidade, 5 milhões do funcionamento normal da gestão urbana da Parque Expo, e 5,1 milhões dos

encargos de cobrança de impostos, como nós sabemos efetivamente foi uma decisão do Governo relativamente aquilo que ia impor aos municípios, os municípios contestaram mas efetivamente foi uma decisão, ou seja, os 15 milhões da SIMTEJO, os 5 milhões da Expo, e os 5,1 milhões de encargos de cobrança, que esses sim são os que estão mais correntes, representam 26 e meio e o resto dos 36 milhões são a tal regularização de contas, e é isto na realidade que representa os 62, a decomposição dos 62 milhões e meio de acréscimo nas aquisições de serviços.

Relativamente aos trabalhos especializados e aos outros serviços o Sr. Vereador também referiu e é preciso clarificar que nos trabalhos especializados nomeadamente em relação aquilo que acresce as entidades coletivas que tem um acréscimo de 25 milhões e meio, 22 milhões e meio dizem respeito à SIMTEJO, e portanto entre aquilo que é a regularização do atraso, e o novo, portanto é isto que explica a totalidade, é esta situação.

Nos, em relação aos outros serviços, o que cresce...

O Sr. Presidente: - Sra. Vereadora, desculpe lá, posso fazer uma pergunta? Não pode pôr nas aquisições de serviços é, Parque Expo, SIMTEJO, encargos de cobrança, depois outras prestações de serviço. Porque senão estamos só aqui por causa destes números a criar uma efabulação política que vai só dar chatices, portanto, já classificaram isso como despesa corrente, muito bem, agora explicitem o que é, que é para as pessoas perceberem, e não haver aí efabulação sobre o que é que é.

A Sra. vereadora Maria João Mendes (Cont.): - ...concordo perfeitamente, Sr. Presidente, ele deve estar bem explícito isto independente na realidade de um parte, como eu já referi anteriormente penso que o Sr. Presidente não estava aí, poder na realidade ser reclassificada para capital, e dever, poder e dever...

(Diálogo fora do microfone)

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador Pedro Santana Lopes.

O Sr. Vereador Pedro Santana Lopes: - Mas é que era importante Sra. Vereadora ser, não ser depois em alteração orçamental, era importante fazê-lo já, eu diria a caminho da Assembleia Municipal, não tem que ser hoje, desde

que fique assumido ir para a Assembleia Municipal seja feito já assim, porque senão eu acho que dá sarilho, se me permite a expressão.

Escusado, outros podem ser necessários, esse é escusado, agora ir a caminho da Assembleia Municipal já isso assumido.

A Sra. vereadora Maria João Mendes (Cont.): - ...mas eu só gostava de dizer sim senhora pode ser feito, de qualquer maneira estas ações são ações específicas que têm, que estão individualizadas enquanto ações específicas, em termos de Plano Anual, e portanto elas estão isoladas aí, independentemente porque uma ação é efetivamente, tem um objetivo e ela está como SIMTEJO, está como Parque e depois tem naturezas, e cruzam, na realidade matricialmente (?), e elas estão efetivamente já caracterizadas em ações específicas do Plano.

Portanto, está explicado, digamos as principais, em relação à ATL em relação à ATL...

(Diálogo fora do microfone)

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador não podemos estar a interromper a cada frase que a Sra. Vereadora diz...

O Sr. Vereador António Carlos Monteiro: - Não é cada frase, eu não interrompi coisa nenhuma até agora, Sr. Presidente tenho a certeza, só ia dizer o seguinte, que é a Sra. Vereadora explicou a questão com os encargos da cobrança, explicou os outros serviços de entidades coletivas como sendo Parque Expo, em relação...

A Sra. vereadora Maria João Mendes (Cont.): - ...expliquei os trabalhos especializados, os outros serviços...

O Sr. Vereador António Carlos Monteiro (Cont.): - ...não, não...estudos, pareceres, projetos, e consultadoria que era aquilo que eu tinha perguntado, ainda não tem resposta os outros bens com o aumento de 84% também não tem resposta, e até agora não tem resposta, as outras nas empresas municipais, nem os 125, o aumento de 125% para a Associação de Turismo de Lisboa.

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (Cont.): - ...era o que eu ia explicar, eu ia explicar, era exatamente aquilo que eu lhe ia dizer quando o Sr. Vereador me interrompeu, nomeadamente em relação à ATL era exatamente aquilo que eu estava a dizer, nós temos igual montante na despesa, e na receita porque na realidade existe uma compensação, ou seja, há rendas que estão na receita, e depois há efetivamente verbas equivalentes que estão na despesa, são cerca de 1,2 milhões e elas inclusivamente decompõe também na decomposição das receitas que estão lá.

Relativamente aquilo que me diz dos trabalhos especializados, dos trabalhos especializados já referi, dos estudos e projetos, os estudos e projetos tem realmente um aumento de 1 milhão de euros que estão em termos de plano, tem que ver exatamente não tenho presença, não sei se efetivamente a Dra. Isabel ou a Dra. Cecília sabem exatamente o que é, eu não tenho essa informação de momento.

Relativamente à questão que também pôs do crescimento por exemplo da verba de gasóleo, que não era neste caso crescimento, até era diminuição, era diminuição, na realidade nós temos estado a fazer um esforço de racionalização em termos daquilo que é efetivamente energéticos, e o que se passa é que neste momento já conseguimos efetivamente reduções significativas a esse nível, e temos de compromissos este ano até à data 4,7 milhões, em termos de compromissos, e 3,7 milhões em termos de faturação e portanto o valor que temos para o ano que vem está na realidade alinhado com isto, e mais uma vez representa o esforço que temos vindo a fazer efetivamente nesta vertente.

Depois no que diz respeito ao parque de estacionamento está efetivamente uma verba de 10 milhões e meio que tem a ver com a regularização de fios (?) antigos da EMEL, nos, está uma verba em rendas de terrenos na realidade relevante que são cerca de 18 milhões de euros são as gasoleiras, no que diz respeito ao saldo de gerência que também referiu nomeadamente ao, ou julgo que isto foi até o Sr. Vereador Ruben de Carvalho, exatamente, o Sr. Vereador Ruben de Carvalho referiu a questão do PIPARU a questão do PIPARU está efetivamente em, contemplada mas está consignado, naturalmente, porque diz respeito, só pode fazer face efetivamente aquilo que é a despesa PIPARU, depois em termos de concessão nós temos, concessões, temos a concessão, temos 10,7 milhões de ocupação de espaço público, é que temos 10,7 milhões sendo que há uma parte significativa que é 9,3 milhões e dizem respeito à regularização daquele adicional com a EPAL, daquele adicional que já várias vezes foi falado, digamos ao longo destes anos com a EPAL...

(Diálogo fora do microfone)

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (Cont.): - ...temos 9,3%? 9,3 milhões, que é relativo a essa, à regularização da adenda com a EPAL, e depois há 10,7 milhões que são, digamos a receita normal, recorrente, em termos desta rubrica.

A ATL já referi, e julgo...

(Diálogo fora do microfone)

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (Cont.): - ...não, não, não, isto é efetivamente um, tem a ver com uma questão exclusivamente urbanística ligada às Amoreiras, à zona das Amoreiras, e é...

(Diálogo fora do microfone)

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (Cont.): - ...sim, mas não está incluído, digamos, não faz parte do restante pacote da EPAL.

(Diálogo fora do microfone)

O Sr. Presidente: - Isto é uma dívida da EPAL, que a EPAL de uma forma vergonhosa condicionou o pagamento à aprovação do Plano de Pormenor das Amoreiras. É uma dívida que remonta já não sei se a 2001, ou se 2002, ou 2003, ou 2004, de taxas de direito de passagem que eles recusaram a pagar, até estar aprovado o Plano de Pormenor das Amoreiras, e como ainda está creio que na CCDR, ou onde é que anda o Plano de Pormenor das Amoreiras, eles não pagam! Pronto.

Sr. Vereador António Carlos Monteiro.

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (Cont.): - ...diga? Eu já terminei com aquilo que acho que é mais relevante relativamente às questões que me pôs. Devo clarificar que qualquer dúvida que subsista, que o Sr. Vereador fez aí realmente, digamos um conjunto de referencias e para quem andou a recolher os dados é fácil sempre como qualquer um de nós quando escolhemos, mas referiu algumas variações em termos absolutos, outros em termos relativos, eu devo-lhe dizer que tal como em relação a todos os pedidos eu penso aliás que

dos pedidos que o Sr. Vereador no PAOD de esclarecimentos referiu estarem pendentes na Câmara, julgo que na minha área nomeadamente nesta área não está pendente nenhum, eu tenho a preocupação de responder, aliás em relação a todos os pedidos que chegam em geral respondo-os quase em simultâneo com um atraso muito pequeno, no que diz respeito ao orçamento também chegaram um conjunto razoável de pedidos e nós, efetivamente tudo aquilo que foram as questões colocadas, clarificámos e poderemos clarificar naturalmente todas aquelas que subsistam, nomeadamente em relação a questões efetivamente variações mais de pormenor, que estamos na completa disposição para o fazer.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador António Carlos Monteiro.

O Sr. Vereador António Carlos Monteiro: - Sr. Presidente eu queria começar por agradecer os esclarecimentos que foram prestados, e que são importantes mas que temos uma dificuldade não os ter consagrados em papel, em termos daquilo que são as opções orçamentais de forma suficientemente clara.

Conforme eu comecei a minha intervenção por dizer, um Orçamento traduz, tem uma parte, se quisermos, que é essencialmente técnica e que tem também um conjunto de opções políticas, e naquilo que são as opções políticas, são aquelas em que nós temos que fundamentalmente sindicar aqui, discuti-las de forma mais ou menos aprofundada.

Há alguns sinais de que eu chamei a atenção, e já foi aqui também dito por outras Bancadas, que são sinais preocupantes para qualquer pessoa que faça uma análise do Orçamento, e a sua tradução nos documentos que são apresentados não é explícita, e por isso mesmo, levanta dificuldade políticas a quem queira, enfim, aprovar como é o vosso caso, ou para quem queira ter uma outra opção, como por exemplo aqui anunciada pelo PSD, de abster, e portanto têm que ser claramente esclarecidas.

Um aumento de Despesa Corrente, e no fundo em termos orçamentais, da disponibilidade da Despesa Corrente em ano eleitoral, e numa situação como aquela que nós atravessamos, em termos de crise para as famílias, é politicamente inexplicável, a não ser com documentos dos Orçamentos suficientemente claros e que tranquilizem toda a gente.

E eu não considero que eles estejam claros, apesar das explicações que a Sr.^a Vereadora aqui prestou, compreendo até que as explicações podem ser até verdadeiras em grande medida, não é essa a questão, é a sua clareza o tornar de tal forma claro que não se levante este problema.

E eu estou a dizer isto, também por uma outra razão, é porque se ao longo deste ano nós vamos a caminho de ter 2 Alterações Orçamentais por mês, e eu recordo-me ainda de ouvir a Oposição criticar, na altura Maioria, quando havia 1 por mês; neste momento estamos a falar em 2 por mês.

A questão já não é de uma simples, eu diria ajustamento, para melhor execução do Orçamento, nós estamos nalguns casos a falar, efetivamente, na subversão do Orçamento que foi apresentado inicialmente e que foi aprovado pela Assembleia Municipal, tal como a subversão da Revisão Orçamental.

Porque é que eu estou a dizer isto? O Vereador Ruben de Carvalho levantou e bem, a questão do Fundo de Investimento Imobiliário e a questão da EPAL, que foram apresentadas como solução para uma opção estratégica de redução do Passivo, para reduzir também, enfim, aquilo que são os encargos com a Dívida, e lembro-me de ser apresentado o Orçamento com grande pompa e circunstância pelo Sr. Presidente, dizendo que iam libertar uns milhões de euros com esta operação, e com isso se iria conseguir financiar o Plano Plurianual de Atividades deste ano, 2012, e que essas verbas, aliás eram as verbas que estavam a definir em grande medida no Plano Plurianual, e que isso permitiria fazer a execução.

A verdade é que ao longo deste ano, o Fundo de Investimento Imobiliário, Sr. Presidente, escreveu a estratégia como uma aterrização suave, penso que era essa a expressão, eu diria que foi mais, foi por água abaixo, seria outra expressão, ou então podemos reservar o água abaixo, para a EPAL por ser também, ter a ver com a atividade, a verdade é que nem uma, nem outra, e aquilo que foi sendo feito ao longo do ano, foi uma navegação à vista sem qualquer ligação com aquilo que foram as opções que inicialmente tinham sido definidas no Orçamento que foi aqui apresentado e que foi aquilo que efetivamente foi aqui discutido.

Se se permite num Orçamento aumentar a Despesa Corrente, Sr.^a Vereadora, o risco que existe, é por via de Alterações Orçamentais, se passar essa verba de Despesa Corrente, que até pode ser perfeitamente justificada neste momento pela Sr.^a Vereadora, e dito, estou perfeitamente convencido, com toda a honestidade pela Sr.^a Vereadora, pode chegar a metade do ano e transfere-se tudo para rubricas, que têm forte atração, sabemos, dessa Maioria em termos de investimento.

Isto porque há uma convicção que eu tenho quando analiso o vosso Mandato, desculpem que vos diga com franqueza, e estamos a caminho do final do Mandato, é que independentemente da situação real da Cidade, do ponto de vista económico, do ponto de vista social, aquilo que foi o modelo de aposta no

investimento cultural, naquilo que é o financiamento de atividades não reprodutivas, na minha opinião em termos de Cultura, é uma bandeira assumida por esta Maioria.

E portanto, eu discordo obviamente dessa opção, quer dizer, faz-me a maior confusão, Sr. Presidente, eu percebo a preocupação do Sr. Vereador Ruben de Carvalho com a questão do Museu do Aljube, e claro que ninguém quer mandar ninguém para o Aljube hoje em dia, mas não deixa de ser, desculpem e perdoem-me a expressão, ridículo, aquele Museu República e Resistência, que foi inventado em Mandatos passados, e que ficava lá em cima e que tinha no fundo uma sala, onde pouco mais faziam do que se reunirem e dizerem mal da vida, com algum saudosismo dos tempos em que eram mais revolucionários.

Com toda a franqueza, eu não sei sequer porque é chamavam Museu àquele espaço ou porque é que chamam, enfim, depois entretanto, ainda se vem criar o Museu do Aljube, eu compreendo; depois, o Sr. Vereador Manuel Salgado explica que se faz o investimento no Aljube, porque é PIPARU, no fundo, achando que o PIPARU, ou são verbas que vêm do Casino ou são verba do QREN, desculpem o PIPARU é um pedido de empréstimo, é Dívida, portanto a Câmara está a pedir emprestado, chamou-se PIPARU, é verdade, ou Empréstimo.

Dizer, nós vamos fazer esta obra porque tem um Empréstimo contratado, não é exatamente a mesma coisa do que dizer, temos verbas do Casino ou verbas do QREN, há para mim uma evidente diferença, porque aí, evidentemente é passivo que se está assumir, e aliás Passivo com Taxas, eu diria piorzinhas, muito piores do que algumas que nós já estamos a preocupar-nos eventualmente até em amortizar.

Tudo aquilo que for, e aliás o Sr. Presidente disse e bem numa Reunião, que temos que ponderar agora se em relação a algum dos empréstimos que temos, se vale a pena amortiza-los, porque o Spread é tão baixo, a Taxa é tão baixa, que objetivamente a Câmara pode ter vantagem em manter alguns desses empréstimos.

E portanto a opção, a política em torno da Cultura, desculpem, do ponto de vista do CDS, alimentar clientelas culturais ou políticas, que sabemos que depois dão os abaixo. Como é que se chamava na Campanha, Sr. Presidente, na última, eram os melhores de Lisboa? Penso que era assim que se chamava a Lista de Subscritores...

O Sr. Presidente: - Devia ser, porque sentimos a sua falta.

O Sr. Vereador António Carlos Monteiro (Cont.): - Eu acho que, Sr. Presidente os melhores de Lisboa, e penso que eram mil assinaturas, não é? Eu gostaria por acaso de ver a comparação entre as pessoas que assinaram esse documento, e as pessoas que nomeadamente do ponto de vista cultural são apoiadas por esta Maioria? Por outro lado, há aqui uma questão que foi também levantada e que é relevante, mas percebo que em termos do Orçamento não seja simples nesta altura, que importa também que seja acautelada em termos de resposta que é dada, a EPUL, Sr. Vereador, eu votei a favor da extinção da EPUL, Sr. Vereador Ruben de Carvalho chamou à atenção para essa questão, e Sra. Vereadora Maria João, há aqui que responder, não é? Até para todos nós nos sentirmos confortáveis com o Orçamento que aqui temos, nós estamos a falar de uma assunção de passivos por parte da Câmara, que terá evidentemente impacto na geometria que a Sra. Vereadora apresentou, se a lógica era reduzir o passivo bancário para diminuir no fundo os encargos com esse passivo, com esses encargos que financiaram determinado conjunto de atividades, nessas atividades se conseguiu encaixar em termos deste Orçamento que aqui é apresentado, um determinado conjunto de opções se se vem a assumir diretamente o passivo da EPUL sendo que algum vai ter que ser pago de imediato, ou enfim, ou logo nos primeiros meses do ano, isto não tem impacto? Para além dos de tesouraria, não tem impactos em termos do Orçamento? Há que ter uma explicação para esta questão.

E portanto eu acho que há aqui um conjunto de questões que são políticas, há aqui um conjunto de preocupações que eu tenho, relativamente à questão da despesa corrente, e ao fato de com as sucessivas alterações orçamentais nós não conseguirmos ter certezas relativamente ao que efetivamente vai ser feito, e perceba que é um problema de credibilidade, do orçamento quando vai ter quase, quando a Sra. Vereadora apresenta quase duas alterações orçamentais por mês, e esse é se quisermos, ou essa é se quisermos a exigência que nós sentimos que temos que fazer neste momento na discussão do orçamento.

Como é que conseguimos ter qualquer garantia em relação aquilo que está a ser apresentado nesta altura, e com as explicações que estão a ser dadas pela Sra. Vereadora.

O que eu queria evidentemente dizer, é que ao mesmo tempo que estamos a discutir esta matéria, é verdade que também vem aqui um conjunto de propostas que são relevantes, e que são, e que para além do Plano de Atividades e do Orçamento e em relação à qual também temos que nos pronunciar, temos para além do Orçamento o Plano de Atividades temos a

questão do mapa de pessoal, nós sabemos que a Câmara reduziu efetivamente o número de pessoas que estão a trabalhar no município até um número superior aquele que era exigido em termos do Orçamento de Estado, agora aquilo que eu verifico, o Orçamento de Estado vem aliás exigir também que se reduza em 50% o número dos funcionários contratados a termos resolutivo, penso que é esta a situação, nesta altura, e isso tem consequências designadamente nalguns serviços, admito eu, qual é a solução que vai ser encontrada ou como é que está a ser pensado fazer isso?

E para além da redução efetiva do número de funcionários, eu não deixo de ficar intrigado é porque é que não se reduz efetivamente mais o quadro de pessoal? Porque é que se continua a dizer são precisos mais não sei quantos, só que não nos deixam contratar, a reorganização em termos do município de Lisboa obrigava a fazer um efetivo exame destas situações, e quer dizer, se o Sr. Vereador Nunes da Silva fala agora de funcionários que estão de baixa há 2 anos, é obvio que os serviços continuaram a funcionar sem eles, é preciso efetivamente que esse quadro de pessoal mantenha esses dois lugares em aberto? Não é Sra. Vereadora, e sabe que depois disso terá consequências em termos da gestão dos Recursos Humanos no município, mas a Sra. Vereadora também tem a responsabilidade por essa mesma gestão, gostaríamos de perceber porque é que se mantém, já estando o número de funcionários abaixo, porque é que se mantém o quadro de pessoal apesar de tudo, tão acima daquilo que efetivamente são os funcionários que nesta altura existem, e que podem ser contratados.

Depois temos aquela questão que já aqui foi colocada, e bem, nem sequer foi por mim, foi pelo Sr. Vereador Ruben de Carvalho que é aquela autorização genérica de endividamento, enfim, nesta fase eu compreendo que a Sra. Vereadora tenha essa preocupação, mas não de modo tão amplo, e não é absolutamente necessário com o Orçamento, a questão do pedido para o curto prazo faz sentido, e é aliás aquilo que se impõe relativamente à própria Lei, é esse, é este o momento em que se deve pedir essa mesma autorização, já para o outro empréstimo eu acho que de algum modo é redundante, porque a Sra. Vereadora quando se votou aqui por unanimidade as taxas de IMI, essa parte da deliberação ficou, e foi para a Assembleia Municipal, porque é que apresenta novamente a mesma coisa? Confesso que não entendo, é que essa já estava, quer dizer, já foi votada, já está na Assembleia Municipal, portanto confesso que não percebo a necessidade de pedir a autorização novamente para o município contrair um empréstimo a médio prazo que já está na deliberação do IMI, enfim, tenho dúvidas que seja absolutamente necessário.

E portanto acho que há aqui algumas matérias e esta minha intervenção foi um pouco mais longa porque fiz a análise de todos os pontos que até agora não tinha feito, estive calmamente aguardando a resposta às questões específicas, acho que há aqui pontos e peço desculpa Sra. Vereadora que não há explicação, na matéria dos serviços, projeto, que nós sabemos que são aqueles que habitualmente estudos, pareceres, projetos consultadoria são geralmente aqueles que têm, enfim, uma maior dificuldade em explicação política não ser dada nesta altura, com toda a franqueza acho que não é razoável, numa altura de crise, numa altura em que se devem cortar nas gorduras, abrir isto, esta porta acho que não é prudente, acho que não é prudente e fica esta mesma nota.

E terminando por isso conforme eu disse, acho que há questões políticas que continuam a carecer de explicação, e de debate, embora possamos estar em campos opostos, acho que essa avaliação deve ser feita, deve ser debatida politicamente em Câmara.

O Sr. Presidente: - Sra. Vereadora Maria João Mendes.

A Sra. Vereadora Maria João Mendes: - Para clarificar um pouco melhor aquilo que eu já disse, e responder ao Sr. Vereador António Carlos Monteiro. Na realidade aquilo que impacta bastante sobre a despesa corrente é mesmo a regularização das dívidas e nós já nos comprometemos, e eu quero só deixar claro porque isto na realidade provavelmente deveria ter sido objeto dum quadro muito resumido, e que explicitaria melhor, porque a despesa...

O Sr. Presidente: - Sra. Vereadora ainda estamos a tempo...

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (Cont.): - ...pois, é o que eu vou fazer...

O Sr. Presidente (Cont.): - Quer do relatóriozinho destacar logo a explicar porque é que aumenta a despesa corrente? Porque é que aumenta as aquisições de bens e serviços, e pôr logo à cabeça...

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (Cont.): - ...exatamente...

O Sr. Presidente (Cont.): - ...e a discriminaçãozinha também de todos os estudos, e pareceres que vão ser pedidos...

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (Cont.): - ...exatamente...mas deixe-me só dizer, porque os 60, a despesa...

(Diálogo fora do microfone)

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (Cont.): - ...a despesa corrente aumenta efetivamente...

(Diálogo fora do microfone)

O Sr. Presidente (Cont.): - ...disso não estou tão confiante Sr. Vereador...

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (Cont.): - ...a despesa, já agora, se quer ouvir, a explicação que eu lhe quero dar, eu continuo, senão quiser ouvir eu mando-lhe o quadro, mando-lhe o quadro, e acaba...

(Diálogo fora do microfone)

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (Cont.): - ...e mando por mail também, 69 milhões de crescimento da despesa corrente desagregam-se, em 6 milhões de pessoal, de acréscimo de pessoal que já vimos a que é que diz respeito, 65 milhões ao nível das aquisições de serviços que já expliquei minuciosamente como é que se decompõe em termos dos, da regularização de dívidas, e na realidade a componente nova nomeadamente da Parque Expo.

E da SIMTEJO, temos um aumento de 5 milhões em transferências em que são explicados por 3 milhões nas juntas de freguesia que são transferências de capital, nomeadamente relacionadas com as BIP-ZIP, e temos 3 milhões do Programa de Emergência Social; e depois temos na realidade 3,4 milhões doutros, tudo. Ou seja, dos 69 milhões depois subsiste o residual de 3,4 milhões. Ou seja, quer dizer, eu acho que, e estão aqui 5 verbas que justificam, não se pode ser mais, enfim, mais sumário a fazer a explicação, mas eu faço o quadro e envio-lhe também por mail, aliás, como é habito responder-lhe sempre a todas as questões que coloca.

Mas comento isto com outra situação. Porque a questão da regularização das dívidas é efectivamente, significativa por dentro das várias naturezas da despesa. Foi, elas estão todas em orçamento com o numerário especial para se puder identificar, e por isso é que eu digo é que elas são perfeitamente

identificáveis, estão em numerário especial e fazem parte efectivamente, e são objecto também duma regra especifica no regulamento de Orçamento. Exactamente que condiciona a sua utilização à regularização destas dividas, e portanto é exactamente para dar a credibilidade que nós fizemos isto, e não há qualquer duvida efectivamente sobre esta matéria.

No que diz respeito à liquidação da EPUL, eu tenho a mesma preocupação que todos nós aqui temos. Eu não sou Comissão liquidatária, é preciso fazer um levantamento exaustivo de toda a situação da EPUL. terá que ser feito com maior brevidade e ela será objecto depois, naturalmente, da apresentação duma proposta aqui e que terá que ser devidamente apreciada.

Agora neste momento, no momento em que não temos, efectivamente esse levantamento, não é e não faz sentido estar, efectivamente a espelhar uma coisa que não sabemos, que não conhecemos. Mas será e terá obrigatoriamente depois de vir aqui.

(intervenção fora do microfone imperceptível)

A Sra. Vereadora Maria João Mendes (Cont.): - A estratégia já está definida Sr. Vereador. A estratégia já está definida em relação à empresa, e exactamente. E é assim, quando se tem uma responsabilidade o que é que nós fazemos quando temos uma responsabilidade, temos que lhe fazer face. E é isso que provavelmente e certamente iremos fazer.

No que diz respeito à gestão dos recursos humanos. Ó Sr. Vereador, eu custume que o Sr. Vereador, tantas vezes que eu tenho falado consigo sobre esta matéria, me referencie efectivamente os recurso humanos no seu todo e as despesas dos recursos humanos. Não há, nunca foi feito nesta Câmara um esforço como tem sido feito recentemente.

E no que diz respeito ao mapa de pessoas, não, em tudo, na dimensão financeira unitária e na dimensão efectivamente da componente quantitativa. Em relação aquilo que está previsto, o SR. Vereador diz “porque é que se há recursos em excesso”, não. Ó Sr. Vereador, é que o Sr. Vereador não consegue pôr um arquitecto a fazer a limpeza urbana nem consegue pôr um economista a fazer de auxiliar de educação, é só isto. Quer dizer, e portanto, pobrezinhas das crianças, não,...ficariam a conhecer certamente teriam uma aquisição de conhecimentos significativos, ma na realidade a gente não lhes pode fazer isso. E portanto, a questão é esta, quer dizer, um bolo é um bolo; um bolo parte-se por partes, e na realidade não há permutabilidade entre todas essas partes.

É só isto que, não é o que estamos a apostar, quando em termos de mapa de pessoal o Sr. Vereador vê efectivamente aquilo que são as vagas, estão fundamentalmente na realidade nas áreas no que diz respeito às categorias operacionais. Porque também é aí, verdade se diga, que tem havido uma redução drástica por via das reformas, e na realidade se o Sr. Vereador quiser deixar de fazer a limpeza à cidade ou, efectivamente, quiser contribuir com o seu esforço, nós aceitamos o esforço de qualquer um efectivamente para uma cidade mais limpa. Todos contribuimos, aliás, tivemos de contribuir a sujar menos e a limpar mais, e portanto isto na realidade agora, não podemos efectivamente deixar de o contemplar.

No que diz respeito à autorização genérica do empréstimo a médio e longo prazo. Ela foi efectivamente contemplada, foi uma das condições da aprovação das propostas dos impostos e ela deve ficar consignada também, enquanto autorização em termos do orçamento.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador António Carlos Monteiro.

O Sr. Vereador António Carlos Monteiro: - Sr. Presidente, apenas para que não fique aqui um equívoco. Em relação ao quadro de pessoal e em relação à questão do pessoal, eu comecei por dizer que havia uma redução que ia até além daquela que era exigida no orçamento. Isso para mim não é crítica, é elogio Sr.^a Vereadora.

Agora o que eu não deixei de ficar intrigado, é porque é que havendo uma redução nas várias categorias, em termos das reformas que foram havendo, etc., se mantém apesar de tudo quadros de pessoal acima daquilo que até é a possibilidade do município contratar face ao orçamento de Estado, e às regras do orçamento do Estado. Acho que é incongruente, é só isso! Mais valia baixar também o quadro de pessoal ajustando aquilo que é, aquilo que são, aliás, as efetivas existências neste momento em termos de funcionários. É uma dúvida, uma interrogação que eu deixo e que...

A Sr.^a Vereadora M^a João Mendes: - Ó Sr. Vereador eu na realidade eu gosto das coisas claras. Nunca houve uma redução tão significativa em termos de mapa de pessoal, como tem existido neste últimos anos. Como lhe digo não se pode confundir o todo com as partes. Se na realidade nós quisermos por os directores municipais a fazer trabalhos operacionais, não podemos, nem devemos, nem é curial.

E portanto, o que eu lhe digo é, onde temos necessidades, não é eventualmente onde podemos ter os ditos excedentes que o Sr. Vereador refere e, portanto temos que os encarar. E naturalmente, tal como este ano, não só a Câmara está responsabilizada e irá certamente alcançar aquilo que são as imposições que decorrem do próprio orçamento de Estado. como este ano inclusivamente até ultrapassou, dir-se-ia que isto até para nós era altamente favorável se funcionasse em regime de stock. Ou seja, que este ano pudesse acumular com o próximo, mas ainda no próximo nós vamos ainda certamente verificar. Sr. Vereador quer que eu acabe de responder ou não precisa? Eu fico por aqui, pronto, obrigada.

O Sr. Presidente: - Muito bem Sras. e Srs. Vereadores. Ah, Sr. Vereador Ruben de Carvalho.

O Sr. Vereador Ruben de Carvalho: - É só para manifestar o meu regozijo pela concordância do Sr. Presidente com o lamento que eu fiz dum introdução ao orçamento, que a realidade parece que demonstrar que será me qualquer circunstancia útil. Se algumas das questões que aqui foram levantadas e esclarecidas, estivessem tranquilamente num papel que já tivesse sido lido pelos Srs. Vereadores. possivelmente já teríamos passado ao ponto segundo da ordem e trabalhos.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador perdeu uma boa oportunidade de não desiludir a Vereadora Mafalda Magalhães de Barros. Essa coisa de ter passado para a minha barricada na correcção do orçamento, certamente provocou uma desilusão que a Sr.^a Vereadora não merecia. A Sr.^a Vereadora não merecia essa desilusão.

Bom, em primeiro lugar eu queria felicitar a Sr.^a Vereadora Maria João Mendes, por este exercício, é o quarto, e sou testemunha de como é difícil proceder à elaboração destes Orçamentos e procurar tentar conciliar a compatibilizarem aquilo que é difícil de compatibilização. Que a ambição que todos os Vereadores têm de acrescentar mais espaços verdes, mais vias, mais reabilitação, mais apoio social, mais cultura, mais desporto, mais bombeiros, mais tudo. E a necessidade e só gastar aquilo que se tem e ainda conseguir poupar algum para ir pagando as dividas que se foram acumulando ao longo de décadas no município. Portanto, queria felicitá-la em primeiro lugar por isto. Em segundo lugar, dizer o seguinte: há cinco anos o município tinha mais de 11 mil e quinhentos funcionários, hoje tem cerca de 9 mil e trezentos

funcionários. E para além dos 11.500 funcionários, tinha mais cerca de 400 pessoas como trabalhadores precários, muitos deles já de muitos mandatos a título de recibo verde. Hoje, com excepção de praticamente dos gabinetes, não está ninguém em regime de prestação de serviços, praticamente ninguém, creio que ainda haverá algumas pessoas nas piscinas que pela sua própria natureza estão em prestação de serviços.

E foi possível realizar um exercício muito complicado e original que permitiu a integração das pessoas, que eram falsos recibos verdes, nos quadros da Câmara; foi possível o município honrar o contrato que tinha feito com o Estado para a integração de 150 polícias municipais; foi possível fazer já dois reforços na contratação de cantoneiros e motoristas; foi já possível fazer um reforço na contratação de bombeiros. Estes reforços e estas integrações, nós hoje temos menos 2.200 funcionários que tínhamos há 5 anos atrás.

Sr. Vereador António Carlos Monteiro dirá, “bom, podíamos ter ainda menos”. Quer dizer, vamos lá a ver, poder podíamos...

(intervenção fora do microfone imperceptível)

O Sr. Presidente: - Oiça poder podíamos, mas não era a mesma coisa.

Relativamente ao quadro de pessoal, eu também gostaria de dizer o seguinte. Esta Câmara ainda há menos 2 anos votou um novo quadro de pessoal, aliás, bastante reduzido relativamente ao anterior. Porque quando se fez a reestruturação e se aprovou a macroestrutura, aprovámos também um novo quadro de pessoal. E esse quadro de pessoal incorporou uma redução significativamente, relativamente ao quadro de pessoal anterior.

E portanto, eu acho que obviamente pode-se sempre dizer muita coisa sobre execução Orçamental, agora sobre o conjunto de execução orçamental deste mandato, quer dizer, algumas coisas que não podem deixar de serem ditas. De facto, houve um esforço brutal de contenção relativamente ao crescimento das despesas de pessoal, pelo contrário têm diminuído. Relativamente ao controlo do conjunto da despesa, à redução do endividamento a curto prazo, e em relação ao endividamento de médio e longo prazo.

E quando eu ouço agora algumas forças políticas a dizerem que “ah só consegue fazer isso porque fizeram o acordo, conseguiram que o Governo viesse apoiar a Câmara comprando os terrenos do Aeroporto”, não, não foi o Sr. Vereador Pedro Santana Lopes. Ainda ontem eu ouvi um deputado do CDS/PP muito inflamado na Assembleia Municipal a dizer isto.

Em primeiro lugar, venho dizer o seguinte. O Governo não vem oferecer nada à Câmara Municipal de Lisboa. O Governo veio comprar um bem da Câmara Municipal de Lisboa porque tinha necessidade de o comprar designadamente porque tinha urgência na privatização da TAP. E foi essa circunstância que, da ANA, e da TAP também que tem lá um edifício da TAP, mas enfim, mas era de facto sobretudo da ANA. Mas isto resultou obviamente de circunstâncias, porque o contencioso já existia desde 89, estava judicializado, eu próprio já o tinha tentado resolver. Tenho a certeza que antes de mim outros já o tinham tentado resolver, tenho a certeza que depois de mim, se ele não tivesse acabado, outros o tentaria resolver. E que se deu a circunstâncias para uma oportunidade.

E devo até dizer mais. Não tivesse sido a mudança do Governo e a alteração de plano relativamente ao destino daqueles terrenos, e o acordo que tinha sido ajustado e que em boa hora o Governo não ratificou. Bom, e esta oportunidade de amortização da dívida por esta forma não teria sido possível. E aí sim tínhamos um problema. Porque não só não foi um favor do Governo, mas simplesmente uma aquisição que resultou das forças das circunstâncias. Mas sobretudo o mérito não está aí, o mérito está na opção que este executivo fez de, com base naquele acordo, consigna-lo integralmente à amortização da dívida. E esse é um mérito que resulta, aliás, duma opção que era interior.

Porque agora os Srs. vereadores podem dizer “esfumou-se o fundo imobiliário”; “esfumou-se o acordo com a EPAL”. Bom, quanto ao primeiro é evidente, quando ao segundo ainda estou cá para ver. Mas a verdade é esta, o que não se esfumou foi a opção que fizemos já há dois anos atrás, e antes das Troikas, e antes das dívidas soberanas de dar prioridade à amortização da dívida. E quando o fizemos até houve muita boa gente que criticou dizendo “porque é que vão amortizar uma dívida que está tão bem estruturada há 20 e 30 anos, tem taxas de juros tão boas, porque é que vão querer acelerar a amortização da dívida?”, muita gente questionou isso.

Mas, de facto, entendemos que era prioritário a amortização da dívida. Não porque tivéssemos poderes divinatórios a adivinhar que a dívida soberana era possível, de facto, considero inimaginável e não me passou, efectivamente pela cabeça. Agora havia uma coisa que me passava pela cabeça, é que de facto se nós queríamos reduzir, se nós queríamos libertar capacidade de investimento, nós tínhamos que libertar quando era possível libertar, que era nos encargos que tínhamos com o serviço da dívida.

E pronto, a verdade é que o objectivo pode ser alcançado. Não através do fundo, mas através do acordo da ANA, no fundo da mesma natureza,

vendemos uns terrenos em vez de vender outros terrenos, e ficámos ainda com os outros para poder serem vendidos em boa altura.

(intervenção fora do microfone imperceptível)

O Sr. Presidente (cont.): - Exatamente, em boa altura haja quem os compre. E há uma coisa que lhe posso garantir, Sr. Vereador, é muito improvável que qualquer um de nós esteja cá daqui a 100 anos. Mas há uma coisa podemos ter a certeza, alguém há-de estar aqui daqui a 100 anos, e se esses terrenos não valerem nada daqui a cinco, e não valerem nada daqui a 10 e até não valerem nada daqui 20. Também considero muito improvável que nos próximos 100 anos não venha a haver um momento em que sejam muito valiosos +para o município e que haja alguém que os queira comprar. E lá estarão!

Agora, vendê-los agora é que, efectivamente, seria um mau negócio. E portanto, há alturas felizes em que os fundos fumam, mas o estado tem necessidade de privatizar a ANA. São momentos felizes, e é um momento em que podemos alcançar o mesmo objectivo, não com uns activos mas com outros activos.

Quanto às divergências sob a forma como utilizamos o dinheiro. Bom, basicamente se dizer assim “o dinheiro está a ser mal gasto, estão a deitar o dinheiro à rua”, isso aí eu achava que era, ficava preocupado.

Verdadeiramente o que o Sr. Vereador diz é o seguinte, “os Srs. estão a gastar uns objectivos que não são os meus objectivos”, mas aí olhe, sito o Dr. Pedro Santana Lopes “nada melhor do que puder cumprir uma promessa”.

E de facto há aqui uma diferença entre nós. Nós consideramos que o investimento em cultura é absolutamente estratégico e essencial para a cidade. e até lhe digo mais, essencial e estratégico para a cidade nos momentos de crise, ainda mais necessário nos momentos de crise.

Foi por isso, aliás, que já há dois anos, quando o primeiro Governo fez os primeiros cortes nos apoios culturais, nós decidimos manter os nossos apoios na área da cultura. Não fixemos cortes nessa altura porque temos bem consciência que cada vez que cortam na cultura cortam sobretudo na cultura da cidade de Lisboa. E vamos, aliás, ver o que é que vai acontecer durante o ano de 2013 com o novo programa anunciado pela Direcção Geral da Artes, e programa de cortes que vai ter uma incidência brutal na cidade de Lisboa.

E portanto, de facto, entendemos que é necessário fazer esforço e manter esse apoio, e há que fazer esse apoio. Não quer dizer que não olhemos a outras realidades.

O Sr. Vereador, aliás, sinalizou bem, não foi o Sr. Vereador Pedro Santana Lopes, como houve um aumento de 50% na verba relativa ao apoio social. As necessidades. Dirá “há outras necessidades”, pois há outras necessidades. Mas nós também estamos num concelho onde o apoio social tem um sistema institucional próprio que, aliás, tem funcionado bem e em que a rede social se tem permitido uma boa articulação entre o município, a Santa Casa da Misericórdia e vários parceiros sociais, com quem temos trabalhado em conjunto e se tem conseguido melhorar a qualidade da resposta social na cidade de Lisboa. Não obstante a enorme pressão que todos estamos a sentir necessariamente na segurança social, estamos todos a sentir nesta matéria. Por último só queria protestar aqui uma afirmação, ah relativamente à EPAL vou-vos dizer o seguinte. Eu não posso dizer que se tenha ido por água abaixo

(intervenção fora do microfone imperceptível)

O Sr. Presidente: - Não, não, este ano manifestamente não foi, para o ano vamos ver. Visto que a Sr.^a Ministra concluiu a apreciação que tinha a fazer, concluiu o processo que foi muito demorado, como se recordará, da designação das novas administrações das águas de Portugal e da EPAL; as novas administrações já estudaram o caso; já houve uma reunião que correu muito mal; já passaram uns meses e houve uma reunião que correu assim-assim. E portanto, pode ser, até nem digo que não consigamos chegar a acordo, não está fácil. Não está fácil chegar a acordo. Mas não digo que seja impossível chegar a acordo. E hoje também sabe que o tempo dá sempre outra tranquilidade a estas negociações, porque quem chega acha que quando chega tudo estava mal. Depois com o tempo as coisas vão-se percebendo melhor, afinal se calhar não estavam tão mal; se calhar este negócio é mais interessante para nós do que aquilo que pensávamos que era; bom, e se calhar não é bem de facto um favor político que iam fazer ali ao Costa; e se calhar de facto para nós era mesmo útil.

Portanto, está a ver, essas coisas vão todas acalmando, e vão todas tendo uma coisa ... claro é evidente, sempre que se diga que as coisas que valiam “x” há dois anos, hoje têm um valor inferior, mas é como o tal problema dos terrenos. É que nos próximos 30 anos, certamente, os preços das coisas se vai alterar. Nós já tivemos aqui uma situação muito difícil este ano quando as gasolinhas se entenderam todas, que não se deviam apresentar aos concursos de três bombas de gasolina, porque achavam que eram valores inaceitáveis, e que a quebra da venda dos combustíveis, e a crise, e a

diminuição da venda de automóveis, e essas coisas todas não justificavam o preço. Tivemos mesmo que mandar fechar os postos ali das Amoreiras. Mas a verdade é que depois tudo foi serenando, as pessoas foram compreendendo que de facto hoje se calhar vendem menos de gasóleo, mas no horizonte de 20 anos, certamente, a crise não há-de curar sempre. E portanto, um dia voltarão a vender mais gasolina, voltarão a vender mais gasóleo, e as águas é a mesma coisa, também se calhar um dia hão-de verificar que se calhar vão vender água do que vendem hoje, e portanto, se calhar os canos valem um bocadinho mais do que aquilo que julga que valem actualmente, e as coisas se vão compondo até lá. vamos ver! Vamos dar tempo ao tempo, que não há nada como o tempo para resolver alguns problemas.

Agora o que eu queria protestar era aqui com o Sr. Vereador Pedro Santana Lopes que disse uma coisa que é muito injusta. Que a ideia de que eu prefiro a concertação com forças políticas à concertação com a vereação. Não é verdade!

E se tiver bem atento, eu preocupo-me tanto com a vereação, que até estar a concertar a vereação do que com as forças políticas.

Muito bem, ponto 1 da ordem de trabalhos, proposta 859/2012 quem vota contra?

(intervenção fora do microfone do Sr. Vereador Ruben de Carvalho)

O Sr. Presidente (cont.): - A proposta tem aquelas alterações... ah, quer que eu vote ponto por ponto, muito bem Sr. Vereador.

As alterações, são as alterações que ficaram aqui registadas em acta, em que no relatório vai ser introduzido um quadrozinho explicando porque é que aumentam as despesas correntes; e outro quadrozinho, aliás, pode ser o mesmo praticamente a dizer, porque é que aumentam as aquisições de bens e serviços, e ainda um outro quadrozinho listando, porque é que aumentam a rubrica de pedidos estudos e pareceres.

Vai ser corrigido a verba de emergência social, de 3 milhões para 4,1, porque não é só parte da habitação, inclui também os 300 mil euros para o apoio ao passe social, e os 800 mil euros dos pequenos almoços; está bem eu sei que já estão noutras verbas, mas no relatório tem que aparecer que faz tudo parte do programa de emergência. Não é na contabilidade é só no texto, a contabilidade depois contabilizam como quiserem.

Depois reclassificar pelo menos os 17,6 milhões da Parque Expo, e no quadrozinho, e criar novas linhas nas aquisições e serviços, e nas despesas

correntes explicitar é “x” milhões para a Parque Expo, “x” milhões para a SIMTEJO, e “x” milhões para a EPUL, “x” milhões para não sei quê. Isto tudo de forma a que todos possamos ficar confortáveis, como dizer o Sr. Vereador Pedro Santana Lopes que não se trata dum Orçamento eleitoralista, mas um Orçamento que cumpre as suas obrigações.

Sr. Vereador Pedro Santana Lopes.

O Sr. Vereador Pedro Santana Lopes: - Sr. Presidente, antes das votação e num minuto para dizer o seguinte.

A votação que vamos fazer vem na linha de votações feitas em anos anteriores. e decorre também da avaliação que qualquer um de nós faz na situação em que o país vive. A avaliação que fazemos, e graças à concertação que o Sr. Presidente tem contribuído entre as Vereações e as forças políticas, não invalida que em sede de Assembleia Municipal, e se algum esclarecimentos que aqui foram produzidos não tiverem concretização pratica, as coisas possam ter, como já aconteceu no passado, outra tradução. Não acredito! Mas espera que assim não aconteça!

Acho que dar ao Sr. Presidente e anunciado candidato Dr. António Costa, esse pretexto da maldade da oposição votar contra impedir o seu Orçamento, seria um trunfo, enfim, não sei se era às de trunfo, mas era pelo menos um rei ou uma manilha, mas enfim. E portanto, o voto decorre disso.

E, devo dizer, Sr. Vereadora M^a. João Mendes eu estou convencido, mais do que os 17,2 milhões de euros podem passar para despesas de capital. Porque naquilo que é gestão urbana da Parque Expo está muita obra, da manutenção, a obra nomeadamente no espaço publico. e portanto, não acredito é que tenha sido considerado como despesa corrente. Eu sei que esse ponto é importante para o grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal, por exemplo.

Mas a nossa votação vai nessa linha, e volto a dizer como digo sempre. Sabendo bem, se outros estivessem no nosso lugar não votaria do mesmo modo, nomeadamente no ano de eleições.

O Sr. Presidente: - Está o CDS, aliás, para demonstrar. Sr. Vereador António Carlos Monteiro.

O Sr. Vereador António Carlos Monteiro: - Sr. Presidente muito brevemente, apenas para dizer que do ponto de vista politico, para o CDS a primeira prioridade deveria ser o apoio social seguido da reabilitação urbana. E temos essa divergência com a cultura. Quando a opção pela Cultura do Sr. Presidente

e desta maioria, não temos, evidentemente, neste momento, nem o quadro nem as propostas de alteração que o Sr. Presidente está a pedir que sejam feitas.

E portanto, eu, irei votar de acordo com aquilo que foi resultado da análise feita dos documentos que tínhamos na altura, e que evidentemente passam pela análise alargada do Partido, não só na Câmara, na Assembleia Municipal e com a própria Estrutura do Partido, nós fazemos essa análise sempre em conjunto, por isso é que em regra há coincidência quanto à votação, e não estou em condições de fazer a reanálise com documentos que irão ser entregues e que nós não temos em nossa posse nesta altura, o voto que estava objetivamente já decidido face à análise feita e que não tenho portanto condições nesta altura para mostrar a quem quer que seja, mais uns documentos que não tenho, porque ainda não estão feitos.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador Pedro Santana Lopes.

O Sr. Vereador Santana Lopes: - Só para o Sr. Vereador António Carlos Monteiro, para dizer que nós como somos um Partido muito descentralizado, mesmo quando analisamos em conjunto, como é o caso, admitimos que a votação possa não ser exatamente igual.

Porque aqui há algo que fica em suspenso, o tal Relatório, não vou dizer em politiquês, mas enfim, o Relatório que aquelas Senhoras vão ter que elaborar para explicar algumas coisas que aqui não estavam ainda tão claras, na linha do solicitado pelo Sr. Vereador Ruben de Carvalho, é só isso, mas enfim, tudo há-de correr bem.

O Sr. Presidente: - O Sr. Vereador Ruben de Carvalho fez as reuniões todas que tinha a fazer, também.

O Sr. Vereador Ruben de Carvalho: - Não somos tão abertos, como é público e notório, questões de pormenor.

Não, o que eu julgo útil, e de fato lamentamos, independentemente das outras questões e das discordâncias incontornáveis que temos, lamentamos, quando começámos foi a primeira coisa que de resto sublinhámos, a inexistência dessa introdução.

E penso que este debate foi apesar de tudo, a discussão, um no guião para qualquer coisa escrita ou falada, é um bom guião para aquilo que terá que ser apresentado à Assembleia Municipal, porque não de querer que na Assembleia

Municipal vá aparecer exatamente o contrário do que o que apareceu aqui, de maneira que há uma série de coisas que se podem resolver logo à partida, não é, e abreviar o debate.

O Sr. Presidente: - Muito bem, mas ficámos mais tranquilos também, porque apesar das paredes de vidro, não tínhamos visto em conjunto com o Deputado Ernesto Navarro, mas assim ficámos tranquilos sobre a sintonia.
Sr.^a Vereadora Maria João Mendes.

A Sr.^a Vereadora Maria João Mendes: - Eu só queria agradecer na realidade a sugestão do guião, que eu já acolhi de tudo, e dizer que exatamente aquilo que foi levantado nesta Câmara, levou à clarificação, cumpriremos integralmente naquilo que será a apresentação.

Penso que as explicações estão dadas ao Sr. Vereador António Carlos Monteiro para lhe tirar as dúvidas que pudessem subsistir, porque acho que foram suficientemente reiterados, não será esse certamente o seu problema em termos de votação.

O Sr. Presidente: - Até eu prefiro que vote contra, desculpe lá, quer dizer, sinceramente, se o preço é esse, ouça.

Muito bem, creio que estamos em condições de votar Ponto por Ponto, e portanto a Proposta em, as alterações ficaram aqui registadas, serão introduzidas na Proposta até chegar à Assembleia Municipal as alterações que aqui ficaram em Ata, e que eu depois pedia à Sr.^a Vereadora que redistribuísse por todos os Vereadores, para que todos ficassem também confortados relativamente às alterações.

Proposta n.º. 859/2012, Ponto n.º. 1. Quem vota contra? Podem baixar. Quem se abstém? Foi aprovada com os votos contra do PCP e do CDS/PP, a abstenção do PPD/PSD e o voto favorável dos restantes eleitos.

Ponto n.º. 3 quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado com os votos contra do PCP e do CDS/PP, a abstenção do PPD/PSD e o voto favorável dos restantes eleitos.

Ponto n.º. 4 da Proposta 859/2012, quem vota contra? Quem se abstém?

A Sr.^a Vereador Helena Roseta: - Espera lá, há aqui um problema...

O Sr. Presidente (cont.): - Eu vou repetir. Ponto 4 da Proposta...Sr.^a Vereadora Helena Roseta.

A Sr.^a Vereadora Helena Roseta: - Eu peço desculpa, mas a tabela de taxas para vigorar em 2013, não é uma proposta que está autónoma na reunião de hoje? Então não vamos...

(Diálogos cruzados)

A Sr.^a Vereadora Helena Roseta: - Não, não é. Desculpem estávamos a votar o ponto 4, e o Sr. Vereador Ruben de Carvalho levantou o braço, desculpe não está votado ainda...

(Diálogos cruzados)

A Sr.^a Vereadora Helena Roseta: - Peço desculpa, é cansaço meu, peço desculpa.

O Sr. Presidente (cont.): - Muito bem!

Ponto 4 da Proposta 859/2012 quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado com os votos contra do PCP e do CDS/PP, a abstenção do PPD/PSD e o voto favorável dos restantes eleitos.

Ponto 5 quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado com os votos contra do PPD/PSD e do CDS/PP e o voto favorável dos restantes eleitos.

Ponto 6 da Proposta 859/2012 Ponto 4 da Proposta 859/2012 quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado com a abstenção PCP e do CDS/PP e do e o voto favorável dos restantes eleitos.

Declaração de voto do PPD/PSD, do CDS/PP e do PCP.

E pronto está votada a proposta toda.

O Sr. Presidente pôs à votação a proposta 859/2012 a qual foi aprovada votada ponto por ponto:

Ponto 1 (Aprovado por maioria com 9 votos a favor (7PS e 2Ind.), 2 votos contra (1CDS/PP e 1PCP) e 6 abstenções (6PPD/PSD))

Ponto 2 (Aprovado por maioria com 10 votos a favor (7PS e 2Ind. e 1PCP) e 7 abstenções (6PPD/PSD e 1CDS/PP))

Pontos 3 e 4 (Aprovados por maioria com 9 votos a favor (7PS e 2Ind.), 2 votos contra (1CDS/PP e 1PCP) e 6 abstenções (6PPD/PSD))

Ponto 5 (Aprovado por maioria com 10 votos a favor (7PS e 2Ind. e 1PCP) e 7 votos contra (6PPD/PSD e 1CDS/PP))

Ponto 6 (Aprovado por maioria com 15 votos a favor (7PS e 2Ind. e 6PPD/PSD)
e 2 abstenções (1PCP e 1CDS/PP)